Agenda para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa

Tâmega e Sousa
Comunidade Intermunicipal

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio 2020

iese
Instituto de Estudos Sociais e Económicos

ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIAÇÕES 1

APRESENTAÇÃO 1

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA 3

PARTE II – ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO 16

CAPITAL HUMANO 17
EMPREGO 33
CAPITAL INCLUSIVO 43

PARTE III – PLANO DE AÇÃO 64

PARTE IV – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO 97

ANEXOS 101

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIAÇÕES

ACES	Agrupamentos de Centros de Saúde
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
ADL's	Associação de Desenvolvimento Local
AIMMP	Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARET&S	Agenda Regional para a Empregabilidade Tâmega e Sousa
CIM TS	Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
COTF	Centro de Operações e Técnicas Florestais
DGS	Direção- Geral de Saúde
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FNERDM	Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais
Forestis	Associação Florestal de Portugal
GAL-DLBC	Grupos de Ação Local - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IES	Instituições de Ensino Superior
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISS	Instituto da Segurança Social, I.P.
PO Norte	Plano Operacional Regional do Norte
NEET	Not in Education, Employment, or Training
ONG	Organizações não governamentais
ONGA's	Organização não governamental de ambiente
OP	Organizações de Produtores
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PAPE	Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa
POCH	Plano Operacional Capital Humano
POISE	Plano Operacional da Inclusão Social e Emprego
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ABREVIATURAS DOS CONCELHOS

AM	Amarante
B	Baião
CP	Castelo de Paiva
CB	Celorico de Basto
CF	Cinfães
FG	Felgueiras
LS	Lousada
MC	Marco de Canaveses
PF	Paços de Ferreira
PN	Penafiel
RS	Resende

APRESENTAÇÃO

O presente Documento corresponde a uma base de trabalho de apoio à elaboração do PDS Supraconcelhio, relativo às 11 redes concelhias que compõem o território do Tâmega e Sousa: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende.

A realização deste Plano parte de dois grandes objetivos principais (i) desenvolver processos de concertação à escala supraconcelhia, reforçando os mecanismos de articulação, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores que operam na concretização das políticas de educação, emprego e inclusão social, (ii) assegurar intervenções transversais coordenadas nos domínios cobertos pela ação das Redes Sociais e identificados como prioritários para o desenvolvimento do território, nomeadamente nas áreas do Capital Humano, da promoção do Emprego e de desenvolvimento do Capital Inclusivo e (iii) garantir a coerência com outros instrumentos de planeamento territorial que concretizam a estratégia do território CIM no horizonte 2020, nomeadamente o PEDI.

O Documento encontra-se estruturado em quatro grandes capítulos:

- **Enquadramento e Estratégia metodológica:** dedicado ao enquadramento do PDS Supraconcelhio, tendo em conta o contexto político administrativo em que se insere, nomeadamente o processo de definição de políticas públicas no horizonte 2014-2020 e a articulação deste Plano com outros instrumentos de planeamento do território. Esta secção contém ainda a estratégia metodológica operacionalizada durante a realização do Plano, assim como a esquematização lógica da sua arquitetura.
- **Elementos de Diagnóstico:** onde se exploram elementos de diagnóstico em cada um dos domínios de intervenção (Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo), com a sintetização das principais dimensões problema fundamentadas num conjunto de evidências de constrangimentos, para as quais se relacionam os objetivos estratégicos e soluções a incluir no PDS Supraconcelhio.
- **Plano de Ação:** corresponde ao Plano de Ação na sua estrutura operacional, ventilado por domínios e dimensões problema. Esta secção constitui o mapa lógico das intervenções a desenvolver e encontra-se ventilado por objetivos estratégicos, soluções estratégicas, respetivos destinatários, recursos e parceiros a mobilizar.
- **Monitorização e Avaliação:** uma vez que ao Plano de Ação deverá estar acoplado um modelo de monitorização estratégica para cada ação (onde se devem inscrever as respetivas metas, metas intermédias, indicadores de recurso, realização e resultado), este capítulo introduz um conjunto de referências a ter em conta no desenvolvimento destas componentes.

Por último, o documento contém um conjunto de Anexos nos quais se podem encontrar (a) as Matrizes concelhias de posicionamento das dimensões-problema, face à NUT T&S e (b) quadros de informação estatística, de suporte aos elementos de Diagnóstico e à definição de *baselines* e indicadores (particularmente úteis para efeitos de concretização dos instrumentos de monitorização estratégica).

PARTE I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

ENQUADRAMENTO

Desafios nacionais da promoção da Coesão Social

A crise do sistema financeiro internacional com expressão forte a partir de 2008 acarretou um conjunto de implicações decorrentes do desenvolvimento de esforços públicos para a sua superação e a consequente necessidade de consolidação orçamental no contexto europeu. Estas têm vindo a concorrer para uma maior dificuldade em assegurar o crescimento económico, o emprego e a proteção social tornando mais premente a necessidade de desenvolver esforços coerentes e eficazes na prevenção e na erradicação da pobreza e da exclusão social.

Este contexto tornou-se ainda mais desafiante no quadro atual. Trata-se de um contexto turbulento e de rápida cadência dinâmica, onde a realidade económica evolui mais rapidamente do que a realidade política, como ficou patente com o impacto mundial da crise financeira. De facto, a crise anulou os progressos recentes e graduais do crescimento económico e da criação de emprego - o PIB desceu 4 % em 2009, a produção industrial europeia regressou ao nível dos anos 90 e o desemprego afeta cerca de 23 milhões de pessoas - ou seja, 10 % da população ativa em toda a Europa.

Na prossecução dos objetivos da Estratégia foram definidas metas para 2020, uma da qual estabelece que "o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza nacionais deve ser reduzido em 25%, retirando da pobreza 20 milhões de pessoas", para além de outros objetivos importantes para a coesão social e territorial.

Esta perspetiva alarga o espetro de intervenção das políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social, pondo em destaque o papel crucial de um conjunto de áreas estratégicas fora do âmbito tradicional das políticas de inclusão social e proteção social. Neste sentido, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de criação de uma Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social, que constitui uma das sete iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020, com o objetivo de forjar um compromisso conjunto entre os Estados Membros, as instituições da União Europeia e os principais intervenientes, no sentido de combaterem a pobreza e a exclusão social.

Em síntese, esses documentos centrais apontam para alguns domínios de constrangimento no domínio da inclusão social e emprego, aos quais importa que as políticas públicas deem uma resposta eficaz e eficiente, entre os quais i) um **elevado nível de desemprego**, com destaque para o peso do desemprego estrutural, atingindo os ativos com mais baixas qualificações, ao que se podem ainda associar outras características específicas que dificultam a sua integração sócio profissional (e.g. pessoas com deficiência ou incapacidades); ii) uma persistência de um **elevado nível de pobreza monetária e de exclusão social**, que a atual situação económica e social poderá agravar.

De facto, o atual contexto de crise económica e social coloca desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios da inclusão social e do emprego. Nesse âmbito, verifica-se um aumento da exposição dos indivíduos e dos agregados familiares a situações de pobreza e exclusão social, decorrente da menor participação no mercado de trabalho e do aumento do desemprego e da sua duração. Na verdade, a expansão previsível da pobreza e da exclusão social na sequência da atual crise concorrem para a relevância acrescida do modelo da Rede Social, quer na sua relação direta com a urgência de novas formas de governança territorialmente ancoradas, quer na sua relação com a concretização das perspetivas europeias para o futuro da coesão territorial.

O Programa Rede Social - para um novo impulso na resposta aos desafios

O Programa Rede Social foi criado, há mais de 15 anos, num contexto nacional e europeu marcado pela procura de novas formas de resposta pública aos problemas de pobreza e exclusão social. Neste sentido, existe um facto essencial a ter presente: das estruturas geradas no âmbito das novas políticas sociais, a Rede Social é hoje a maior estrutura participada de carácter

social no País e esse é o resultado da sua construção histórica e do empenhamento dos agentes sociais nela envolvida.

De facto, a natureza do Programa e das estruturas da Rede Social fazem com que este modelo de política social ativa tenha um papel fundamental no planeamento estratégico e na intervenção integrada nos territórios (no domínio da ação social e do desenvolvimento local).

A Rede Social assume um posicionamento único no contexto europeu e nos pressupostos que sustentam o futuro da política de coesão territorial. É neste sentido que se perspetiva um Programa capacitado na resposta aos desafios contemporâneos.

Do ponto de vista da integração territorial de políticas (como órgão de planeamento do desenvolvimento social local), a Rede Social é singular pela conjugação de dimensões de relevância crescente nas condições contemporâneas:

- A orientação explícita para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social a nível local;
- Orientações estratégicas e princípios envolvendo abordagens multidimensionais ou integradas dos problemas e das respostas, metodologias de trabalho em rede com constituição de parcerias ou o desenvolvimento das ações de forma participada;
- A construção de formas de governança local que conjuguem a possibilidade de mobilizar as redes sociais formais e informais, de pequena escala (o mais próximo dos problemas);
- A promoção da cooperação e colaboração intersectorial para a integração territorial de políticas;
- A promoção da cooperação estreita entre o Estado e a sociedade civil;
- A conjugação das diversas instâncias de planeamento territorial numa perspetiva integrada;
- O envolvimento da quase totalidade dos municípios nacionais (em especial os que compõem a CIM Tâmega e Sousa) e entre os quais se incluem exemplos de forte dinâmica.

Por estas e outras razões, o património de experiência do Programa Rede Social é único no contexto europeu, colocando Portugal num patamar privilegiado na resposta aos desafios contemporâneos do futuro da política de coesão territorial (inovação social, integração territorial de políticas, governança colaborativa, governança multi-nível, entre outros). Contudo, persistem desafios aos quais a Rede terá que responder através de um *upgrade* e capacitação do seu sistema de práticas.

É justamente na ótica destes desafios que se enquadra a necessidade de uma intervenção mais integrada, orientada para objetivos comuns, e assente em formas de ação mais articuladas, capazes de proporcionar a aprendizagem entre os atores e ampliar a capacidade de ação no somatório das forças de cada Rede Social.

A intervenção das Redes Sociais no plano supraconcelhio e as perspetivas de articulação com outros instrumentos de planeamento

A perspetiva de territorialização das políticas públicas em que assenta o novo paradigma da Política de Coesão acrescenta desafios de coordenação entre os vários níveis de planeamento e conceção das intervenções locais.

É nesse sentido que se fundamenta a construção de um PDS articulado entre os vários concelhos, que por sua vez cruza a sua matriz de intervenção com outras estratégias de planeamento do território, em particular o PAPE - Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade. Desta forma, o PDS supraconcelhio perspetiva-se como um instrumento de operacionalização do PAPE, sobretudo nas componentes associadas ao perfil de intervenção das Redes Sociais; por sua vez, o âmbito supraconcelhio do PDS representa o esforço de articulação das intervenções no plano concelhio, com concentração em estratégias concertadas para responder aos problemas comuns e prioritários do território.

Esta perspetiva de articulação é representada no esquema seguinte:

Figura 1. Lógica de articulação entre instrumentos de planeamento

PAPE-Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade

Dimensão-problema	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas	Destinatários	Recursos	Parceiros envolvidos	Resultados esperados	Calendarização
		Projetos/ Ações Intervenções /Atividades					

PDS Supraconcelhio

Eixo	Dimensão- problema	Prioridades de Investimento/ Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas	(...)
Capital Inclusivo	Saúde mental e dependências	Sinalizar os casos de saúde mental	Diagnóstico supraconcelhio	

PDS Concelhio

Eixo	Dimensão- problema	Prioridades de Investimento/ Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas	(...)

Por sua vez, cada um destes três instrumentos concretizam modos de operacionalização da estratégia global definida para o território, no âmbito do seu PEDI-Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (2014), em particular em relação aos seguintes Domínios Estratégicos:

- DEI.4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta, e
- DEI.6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Abordagem de modelos lógicos aplicados à elaboração do PDS Supraconcelhio

A base do processo conceptual e metodológico da elaboração do PDS Supraconcelhio está alicerçada na abordagem do Modelo Lógico, que deve acompanhar o processo construtivo desde o Plano de Ação, à sua monitorização e avaliação (ou autoavaliação).

O "modelo lógico" (também conhecido como *Logical Framework, Teoria da Mudança, Road Map Model of change, Conceptual map*) constitui uma ferramenta preciosa para o planeamento e avaliação de políticas, programas ou projetos. Esta descreve as ligações lógicas entre um problema ou situação específica, o projeto que lhe pretende responder e os respetivos recursos, atividades e resultados.

O "modelo lógico" é um termo oriundo do campo da Avaliação, embora esses modelos não pertençam apenas aos avaliadores ou a metodologias de avaliação. Como o termo sugere, constitui um elemento básico da programação que comunica a lógica subjacente a uma política, um programa ou um projeto, i.e., a sua razão de ser. A finalidade de um modelo lógico é comunicar a "teoria" subjacente de um projeto: como este irá funcionar, assim como a demonstração de que é uma boa solução para um problema identificado.

Com efeito, os modelos lógicos são processos de narrativa conjunta e participada, através de representações gráficas de processos que comunicam os pressupostos subjacentes sobre os quais um projeto ou atividade conduzem a um resultado específico. Os modelos lógicos ilustram, desta forma, uma sequência de relações causais para comunicar o caminho em direção a um resultado desejado.

Esta funcionalidade pode confundir um modelo lógico com um Plano de Ação. De facto, existem sobreposições, mas a diferença é subtil e decisiva: os Planos de Ação devem construir-se a partir de modelos lógicos. Um Plano de Ação isolado, não participado, sem referências à ilustração das hipóteses sobre estratégias de resolução de problemas e de estratégias para alcançar resultados, não permite aprendizagem sobre a ação e sem enquadramento lógico compreensivo, torna-se frágil.

Um modelo lógico …

… é uma imagem simplificada de um programa, projeto ou intervenção que funciona como resposta a uma dada situação;

… mostra as relações lógicas entre os recursos que são investidos, as atividades que se realizam e os resultados e impactos que resultam;

… retrata a lógica subjacente de um programa ou projeto;

… é o núcleo do planeamento, avaliação, gestão e comunicação de uma política, programa ou projeto;

… constitui uma ferramenta crucial para o entendimento mais eficaz da estruturação de Planos de Ação e respetiva gestão, monitorização e avaliação.

Considera-se, assim, que a modelação lógica é decisiva no planeamento, implementação, monitorização e avaliação de um Plano de Ação. Dessa forma, a opção por esta abordagem traduz uma preocupação de eficácia no sentido de conferir ao Plano de Ação uma estrutura tão operacional quanto possível, assim como monitorizável e avaliável.

O recurso aos modelos lógicos revela-se adequado a vários níveis:

- ✓ Permite uma aprendizagem mais fácil e integrada da função de monitorização e avaliação ao longo do ciclo de planeamento das intervenções;
- ✓ Promove melhor relação entre os instrumentos de planeamento das redes e eficácia das intervenções e respostas aos problemas concretos dos territórios;

- ✓ Permite aplicação direta aos Planos de Ação, pois proporciona, de modo interativo e visual, a compreensão da teoria da mudança, das relações lógicas entre problemas e ações a tomar, assim como transmite robustez na estruturação do Plano de Ação;
- ✓ Possibilita, de forma integrada, a compreensão dos diversos elementos estruturantes dos Planos de Ação (situação/problema, projetos, recursos, grupos alvo, metas, atividades, realizações, resultados,...);
- ✓ Facilita os processos de monitorização interna e gestão (ou ajustamentos) das intervenções
- ✓ Possibilita e incentiva os processos de autoavaliação;
- ✓ Facilita os processos de avaliação externa.

Principais componentes e pressupostos de um modelo lógico

Em primeira instância, os modelos lógicos ajudam a clarificar os objetivos de qualquer política, programa ou projeto. Constituem, deste modo, um poderoso auxílio na identificação das ligações de causa-efeito, da "lógica do programa" (inputs, processos e resultados), servindo, igualmente, como um veículo de excelência para atrair os parceiros para a clarificação de objetivos, definição de estratégias e proposta de atividades. Nesse sentido, os modelos lógicos devem ser realizados e construídos de forma participada com os *stakeholders*, de forma a criar consenso sobre as estratégias de ação, assim como estabilizar as suas principais componentes.

Entre os conceitos básicos para o desenvolvimento de um modelo lógico destacam-se as seguintes componentes essenciais:

- ✓ Situação de partida/problema a que o território/ a Rede deseja responder (situação que dá origem à definição de prioridades – constitui a base de qualquer modelo lógico)
- ✓ Estratégia (Atividades)
- ✓ Destinatários
- ✓ Recursos
- ✓ Resultados esperados.

Assim, se se tiver em conta um determinado projeto inscrito num plano de ação, é necessário considerar as seguintes etapas:

Passo 1: Caracterização da situação de partida, priorização de dimensões-problema e definição das estratégias que se afiguram mais estruturantes para responder aos problemas da sub-região

Partindo dos principais problemas da sub-região que necessitam de resposta, são definidas prioridades e estratégias que necessitam de operacionalização. Esta fase é crucial para a estabilização do modelo lógico subjacente ao Plano de Ação, pois se a situação diagnosticada não for devidamente compreensiva e se o estabelecimento das prioridades não for consensual, as componentes que se seguem têm fortes probabilidades de não funcionar. Por esse motivo, aconselha-se que esta fase reflexiva seja partilhada entre todas as partes interessadas e especializadas na sua temática de enquadramento.

As intervenções concretas para atingir os objetivos esperados são projetos, ações, intervenções ou atividades específicas que atingem os destinatários (indivíduos, grupos, instituições). Essas têm a intenção de levar a resultados esperados e podem tomar as mais diversas formas: estabelecimento de parcerias, criação de respostas, desenvolvimento de serviços específicos, ações de formação, workshops, planos intermunicipais, projetos educativos,....

Passo 2 – Identificação (e quantificação) dos destinatários finais

Nesta etapa importa clarificar quem são os grupos-alvo a que se dirige cada projeto/ação/intervenção/atividade. Esta componente pode ser melhor posicionada após a clarificação das atividades, de modo a estabelecer ligações entre atividades específicas orientadas para subgrupos alvo da intervenção (quando aplicável em projetos de maior complexidade).

Passo 3 – Identificação e quantificação dos recursos necessários para suportar a operacionalização dos projetos/ações/intervenções/atividades

Circunscrito o problema e a estratégia definida para a sua resposta, o próximo passo é a identificação e definição dos recursos necessários para suportar a operacionalização dessa estratégia, i.e., para pôr em prática cada projeto/ação/intervenção/atividade. Tais elementos incluem recursos humanos e desejavelmente devem incluir todo o tipo de outros recursos

necessários, como recursos financeiros, tempo e recursos materiais (equipamentos, tecnologia), de forma a antecipar devidamente a existência de condições para a operacionalização de cada projeto/ação/intervenção/atividade.

No que respeita aos recursos humanos a mobilizar, para além de identificar as entidades que participam nas atividades/intervenções do projeto é importante definir as responsabilidades de cada um dos atores e parceiros na operacionalização do projeto/ação/intervenção/atividade.

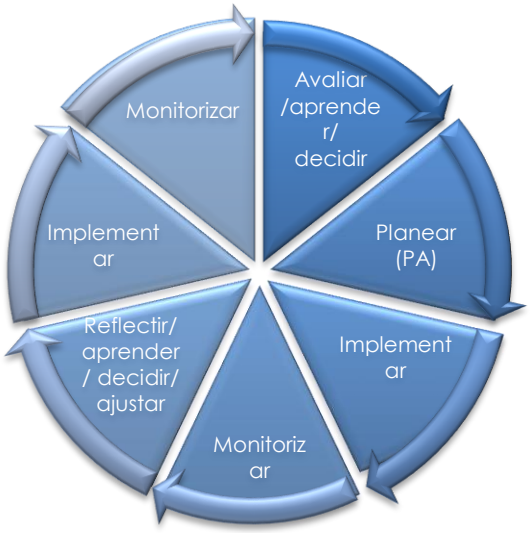
Passo 4 – Identificação e quantificação dos resultados

Este passo representa a tentativa de sistematização dos resultados dos projetos propostos, i.e., dos benefícios diretos para os destinatários, durante ou depois da execução dos projetos. Os resultados podem ser divididos em dois perfis: um primeiro de produtos diretos decorrentes das realizações (curto-prazo) e um segundo de alterações e mudanças de comportamentos, de capacidades, de práticas, de decisões (médio-prazo). É ainda possível distinguir a diferença entre resultados imediatos (inicial, de curto prazo), intermédios (médio prazo) e resultados finais (de longo prazo).

Passo 5 – Monitorização e Avaliação do Plano de Ação

A monitorização consiste no acompanhamento contínuo de um determinado projeto ou atividade em relação aos seus objetivos e metas. Esta função é inerente à gestão de projetos. Ela deve ser capaz de fornecer informações, tornando possível a definição de ações corretivas a serem tomadas para melhorar o seu desempenho.

No esquema seguinte estão patentes as relações de interdependência entre os vários elementos subjacentes ao processo de construção de um Plano, a partir do qual se identifica o efeito da monitorização e avaliação:



Normalmente, a função de monitorização e avaliação é realizada com recursos a indicadores e elementos de evidência, que são fornecidos regularmente com base em diferentes fontes de dados. Estes indicadores geram informações sobre o desempenho do projeto, tornando assim possível verificar até que ponto os objetivos e metas estão a ser alcançados.

Trata-se, assim, de uma dimensão fundamental, que deverá ser desenvolvida numa fase posterior do prosseguimento dos trabalhos e que se retoma no Capítulo IV deste Documento.

Em síntese, tendo presente as principais componentes de um modelo lógico pretende-se clarificar os pressupostos que orientaram a conceção do Plano de Ação, tendo em conta a preocupação última do seu contributo para a qualidade das intervenções. Nesse sentido, importa estabelecer o seguinte conjunto de pressupostos para um Plano de Ação eficaz:

- ✓ Segue uma estrutura compreensiva e com base em modelos lógicos;
- ✓ Identifica os problemas e os projetos/ações/atividades que dão resposta aos problemas do território;
- ✓ É coerente com as estratégias definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal;

- ✓ Define metas (ou mesmo *baselines*), preferencialmente orientadas para referenciais estratégicos (EE2020);
- ✓ Serve de quadro de referência para os PDS das Redes Sociais e outros documentos de planeamento territorial;
- ✓ Mostra evidência de consulta das partes interessadas;
- ✓ Define recursos associados aos projetos;
- ✓ Aloca responsabilidades e identifica os atores associados à operacionalização das diversas fases;
- ✓ Define indicadores e fontes de informação;
- ✓ Tem prazos claros e estratégias de implementação;
- ✓ É passível de ser monitorizado, avaliado e ajustável.

Também na fase de implementação importa salvaguardar as condições inerentes à concretização efetiva dos projetos, nomeadamente tomar medidas de gestão e acompanhamento adequadas. Contudo, não existe uma fórmula única para garantir que a implementação ocorra com sucesso.

De uma forma geral, a maioria dos processos de planeamento começa com a identificação e análise dos fatores que afetam ou podem afetar o ambiente interno e externo de uma organização. Nessa lógica, a criação de um clima favorável (particularmente organizacional) associado ao Plano de Ação constitui um elemento central no sucesso da sua implementação, aconselhando-se a antecipação de quatro princípios fundamentais, brevemente caraterizados a partir do enfoque nas vantagens associadas a cada pressuposto:

Pressuposto	Vantagens
Obter o compromisso dos Parceiros	• Compromisso e envolvimento de entidades-chave e das suas instâncias administrativas; • Compromisso de trabalho em rede e construção conjunta da ação; • Implicação das estruturas de gestão das entidades (garantia de prazos e alocação de recursos financeiros e humanos);
Compromisso estratégico e valorização política	• Compromisso e valorização política da rede constitui um dos principais fatores críticos de sucesso da implementação do PA; • Requisito associado a maiores garantias de compromissos de prazos, recursos financeiros e humanos alocados ao PA; • Condição essencial para a integração territorial de políticas, a inovação social, a governança multinível, etc.
Consulta e Participação ativa	• Maior garantia de que as partes interessadas (internas e externas) assumirão um sentido de propriedade do PA;
Criação de estruturação de gestão do PA	• Criação de instâncias que podem auxiliar a reflexão da execução do Plano, a sua concretização, redefinição de estratégicas e representação da comunidade ou destinatários específicos; • Comité de Pilotagem e Grupos de Trabalho com papel central na figura de Gestão do PA. Esta figura deve ser o mais possível intersectorial para garantir que as intervenções do PA assumem um sentido holístico. O papel desta estrutura de gestão permite um conjunto de vantagens para a implementação dos PA's, tais como: (i) orientação dos atores no sentido da qualidade e produtividade da implementação; (ii) compromisso para a monitorização do desempenho e dos ajustamentos necessários; (iii) promoção de momentos de reflexão para análise do progresso; (iv) apoio e *feedback* (acompanhamento do PA); (v) identificação dos obstáculos ao acesso a recursos; (vi) envolvimento na avaliação e revisão do Plano de Ação.

Etapas metodológicas de suporte à definição de prioridades de intervenção

O primeiro passo do exercício de estruturação das dimensões-problema que requerem intervenções estruturantes ocorreu na sessão de Fórum Comunitário, que permitiu recolher elementos de reflexão acerca das

principais preocupações dos atores-chave em relação às fragilidades e necessidades do território, assim como das potencialidades emergentes das características específicas da sub-região e das intervenções em curso. Os elementos recolhidos afiguraram-se particularmente úteis para complementar a informação recolhida em *Desk Research,* e sistematizar um primeiro plano de caracterização, organizado num conjunto de Matrizes de Dimensões-problema/Necessidades/ Oportunidades/Potencialidades e Riscos nas três grandes Dimensões Analíticas em que estrutura o Plano: Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo.

O passo seguinte passou pela sistematização preliminar de um leque exaustivo de dimensões-problema enquadráveis nas principais Dimensões Analíticas, que foram objeto de priorização multi-etápica e multi-critério[1], através de um exercício próprio (suportado na dinâmica da metodologia GUT: atribuição de uma escala de pontuações aos critérios de Gravidade, Urgência e Tendência), amplamente participado e validado entre os vários grupos de trabalho.

Entre os vários Grupos de Trabalho que compõem a Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, e que foram mobilizados no âmbito do processo de elaboração do PAPE – Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade, o primeiro grupo envolvido foi o **Grupo de Trabalho Redes Sociais**, considerado como o melhor posicionado para refletir sobre a configuração das necessidades de intervenção da sub-região. Por um lado, porque abrange um conjunto diversificado de entidades parceiras cujo leque de intervenção cobre, em grande medida, as Dimensões Analíticas nucleares do Plano e, por outro lado, devido ao fato das Redes Sociais partilharem, na sua esfera de competências, a realização de instrumentos de diagnósticos concelhios, o que lhes confere uma visão fundamentada das principais problemáticas.

Por esse motivo, optou-se por organizar um Retiro social para realizar o exercício de priorização. Os resultados desse exercício foram posteriormente desenvolvidos e validados em sede de *workshops temáticos*, onde participaram os vários Grupos de Trabalho.

Etapas metodológicas da Estratégia de definição de Soluções Estratégicas

Na sequência do exercício de priorização das dimensões-problema a intervencionar, procedeu-se à realização de um conjunto de quatro Workshops para promover a reflexão partilhada acerca das soluções a encontrar e inscrever no PAPE. Os Workshop foram organizados numa perspetiva temática, dinamizados com recurso à técnica de Grupo Nominal e concentrando os atores-chave mais relevantes para a procura de Soluções Estratégicas nos seguintes temas principais:

- Educação e Formação (Workshop 1);
- Capital Inclusivo - Redes Sociais, IPSS's, GIP's (Workshop 2);
- Agricultura e Desenvolvimento Rural e Floresta (Workshop 3), e
- Turismo (Workshop 4).

Desta forma, procurou-se concretizar as seguintes funcionalidades:

1. Clarificar o âmbito de abrangência do PAPE no que respeita às dimensões-problema a privilegiar (validar o exercício de priorização);
2. Construir participadamente o esboço das soluções estratégicas para a resposta às dimensões-problema (exercício de seletividade com base em critérios pré-definidos);
3. Estimular a aprendizagem coletiva entre os atores e a reflexão sobre as melhores soluções para os problemas priorizados;
4. Refletir acerca das necessidades de desenvolvimento de competências técnicas para a qualificação da intervenção em cada dimensão-problema.

[1] Foram priorizadas as soluções estratégicas consideradas mais relevantes para (a) o desenvolvimento e diversificação de atividades económicas, (b) a criação/manutenção de emprego (direto ou indireto) e (c) o combate à exclusão social.

Arquitetura do PDS Supraconcelhio

Dada a natureza complementar entre o PDS Supraconcelhio e o PAPE-Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade, os dois documentos partilham a mesma arquitetura de Dimensões Analíticas, cabendo ao PDS Supraconcelhio o campo de ação mais diretamente associado à intervenção das Redes Sociais.

Assim sendo, uma vez realizado o exercício de priorização dos principais problemas do território, procedeu-se à fundamentação dos problemas identificados (com recurso a informação documental e estatística disponível), de forma a estabilizar as dimensões-problema para as quais se deverão dirigir as soluções mais estruturantes a constar no PDS Supraconcelhio.

O capítulo seguinte organiza o essencial da informação de natureza diagnóstica que caracteriza o ponto de situação da região, nas múltiplas dimensões-problema consideradas, tal como representadas na figura seguinte.

Figura 2. Dimensões analíticas e Dimensões-problema prioritárias

Dimensões Analíticas	Dimensões-Problema prioritárias
Capital Humano	Abandono escolar
	Insucesso escolar
	Grau de habilitações da população ativa residente
	Lacunas da oferta de educação-formação existente
Emprego	Desemprego total
	Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)
	Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)
	Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho
	Empreendedorismo social/ Economia social
Capital Inclusivo	Saúde mental
	Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)
	População em risco/situação de pobreza
	Quebra da natalidade
	Empreendedorismo: social/Economia social
	Endividamento das famílias
	Violência de género
	Crianças e jovens em risco
	Envelhecimento/dependência de idosos

Escala de classificação dos níveis de prioridade das dimensões-problema (resultado da aplicação da metodologia GUT)

Legenda GUT
+++
++
+
-

Na abordagem às dimensões-problema trabalhadas e priorizadas, e no caso do Capital Humano, optou-se por considerar a integração da dimensão-problema Abandono Escolar, apesar desta dimensão não se ter destacado no exercício de priorização.

Esta opção prende-se com a distinção entre o abandono escolar ao nível do 9.º ano de escolaridade e o abandono escolar precoce, correspondente à saída do sistema de educação-formação antes da conclusão do ensino secundário. Com efeito, se ao nível do ensino básico a trajetória de redução da taxa de abandono apresenta resultados bastante positivos que justificam a não priorização dos atores desta dimensão-problema, o recente alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e o compromisso nacional de reduzir

o abandono escolar precoce para uma ambiciosa meta de 10% até 2020, justificam esta opção.

Neste enquadramento global da priorização das dimensões-problema no território da NUT Tâmega e Sousa, importa ter presente as especificidades do contexto concelhio, expressas num conjunto de 11 matrizes-síntese concelhias (cf., Matrizes em Anexo). Estas Matrizes evidenciam o posicionamento relativo de cada concelho face à tendência global da NUT Tâmega e Sousa. Nesta lógica, poderão sobrepor-se as dimensões-problema identificadas a vermelho (comuns para a região Tâmega e Sousa) e, por outro lado, surgirão dimensões-problema identificadas a vermelho no concelho que não têm a mesma tradução na sub-região

Em suma, é este cruzamento temático que dá corpo à arquitetura do PDS Supraconcelhio (bem como do PAPE), estruturado num capítulo dedicado ao Diagnóstico e noutro dedicado ao Plano de Ação, conforme se passa a apresentar.

PARTE II – ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

CAPITAL HUMANO

Dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos associados à dimensão analítica Capital Humano

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos sinalizados em relação à dimensão do Capital Humano, alimentadas a partir da auscultação dos atores e que serão objeto de maior aprofundamento na análise descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

Quadro 1. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos – Capital Humano

Dimensões-problema	Necessidades
Abandono escolar	• Posicionar os jovens como foco prioritário do PA, fruto de se tratar de uma região com maior % de jovens entre a população: a região assume a 4ª posição no ranking das NUTS III mais jovens do país[2]. Paralelamente, é na faixa etária 15-24 anos que o T&S deixa de estar em situação de desvantagem em matéria de qualificações superiores (por comparação com a média nacional e da Região norte) pelo que é fundamental potenciar a fixação deste segmento jovem e qualificado da população no território; • Promover a melhoria da qualificação dos ativos, por via do reforço de cursos de dupla certificação dirigida a adultos, de forma a combater o baixo nível de qualificação da população adulta empregada;
• Novos desafios associados ao alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, apesar de o combate ao abandono escolar ter alcançado resultados bastante positivos;	
***Matching* da oferta formativa**	
• Sobreposição da oferta entre operadores de formação na Região (escolas públicas, privadas e centros de formação do IEFP); • Fragilidades da articulação dos mecanismos de planeamento regionais e centrais da oferta de educação-formação (desajustamento entre prioridades sinalizadas para a Região); • Insuficiência da informação disponível relativa a necessidades de formação e oferta existente na Região; • Evidências de desarticulação da oferta formativa em áreas prioritárias para a Região (nomeadamente nos sectores do Calçado e da Madeira);	
Mecanismos de informação e orientação vocacional:	***Planeamento da oferta regional***
• Fragilidades dos serviços de informação e orientação vocacionais existentes; • Fragilidade dos mecanismos de planeamento da oferta e de divulgação atempada das ofertas existentes junto do público-alvo;	• Criar condições para o planeamento concertado da oferta formativa da Região; • Racionalização da rede da oferta formativa (p.e., por via de parcerias entre escolas públicas e escolas profissionais, seguindo o exemplo da articulação entre a Escola Secundária de Lousada e a Escola Profissional de Agricultura); • Reforço da oferta de formação profissional de nível intermédio (pós-secundário); • Melhorar as ligações de transporte entre concelhos, de forma a contrariar as dificuldades de mobilidade dos alunos e potenciar a lógica de rede de oferta intermunicipal;
Insucesso escolar:	***Qualidade e atratividade das ofertas de ensino-formação***
• Taxas de sucesso no nível secundário de educação com níveis inferiores ao desejável; • Desempenho mediano dos alunos das Escolas da Região nos concursos de acesso ao Ensino Superior;	• Reforço das estratégias de articulação escola-empresa, nomeadamente por via do apoio a experiências de formação em contexto empresarial (p.e., programas de escolas de verão, estágios de formação ou estágios profissionais); • Reforço de iniciativas de estímulo e motivação para a aprendizagem (p.e., férias educativas);
Qualificações da população adulta/ Aprendizagem ao Longo da Vida	
• Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa (44% da população	

[2] *Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação.*

possui menos que o 1.º ciclo do EB); • Baixa proporção de população com habilitações equivalentes ao ensino superior, sendo a grande diferença comparativamente com os valores nacionais situada na faixa etária dos 45-64 anos e 25-44 anos; • Falta de oferta de formação para adultos, ajustada a percursos de reconversão profissional;	• Maior protagonismo das empresas e das instituições de ensino superior (papel nuclear do IPP) na formação profissional, sobretudo no desenvolvimento de ofertas de curta duração com vista ao desenvolvimento de competências altamente especializadas;

(continua)

Oportunidades/Potencialidades	Riscos
• Elevada proporção de população jovem: o Tâmega e Sousa é a região mais jovem do País, apresentando uma proporção de 17,6% indivíduos residentes com menos de 14 anos, o que supera claramente a Região do Norte (15,4%) e o Continente (15,1%); • Progresso acentuado nos níveis de escolarização, verificado nos últimos anos; • Investimentos relevantes na rede da oferta formativa (Escola-Hotel em Baião (projeto de investimento privado); Escola Profissional de Arqueologia (Marco de Canaveses)); Escola Profissional de Agricultura: especializou-se nesta área e a estratégia de concentração beneficiou a atração de jovens, registando-se uma procura crescente); • Perspetivas de reforço das ofertas vocacionais, com implicações ao nível do conhecimento mais aprofundado do tecido empresarial e no estabelecimento de um quadro de relação para a formação prática; • Perspetivas de reforço dos apoios dirigidos a Jovens NEET (nomeadamente Programa Garantia Jovem - ofertas de emprego ou formação, destinado a jovens até aos 25 anos, em situação de desemprego); • Potencial das atividades desportivas e do reforço da participação ativa dos agentes associativos para a fixação dos jovens na Região.	• Diminuição da procura de jovens nas escolas públicas, por via da relação concorrencial imposta pelo IEFP; • Agravamento da emigração de jovens qualificados;

Dimensão problema:

- *Abandono e Insucesso escolar no ensino básico e secundário*

O ponto de partida da Região no que respeita à escolarização da população em idade escolar evidencia os resultados alcançados com as apostas na educação e formação de jovens, nomeadamente no combate ao abandono escolar.

Como o quadro seguinte ilustra bem, no espaço de uma década, a região do Tâmega conseguiu reduzir a sua posição de enorme desfavorecimento no que respeita à saída de jovens com menos de 15 anos do sistema de ensino sem a conclusão do 9.º ano de escolaridade, conseguindo mesmo atingir em 2011 uma posição mais favorável que a registada na média do país.

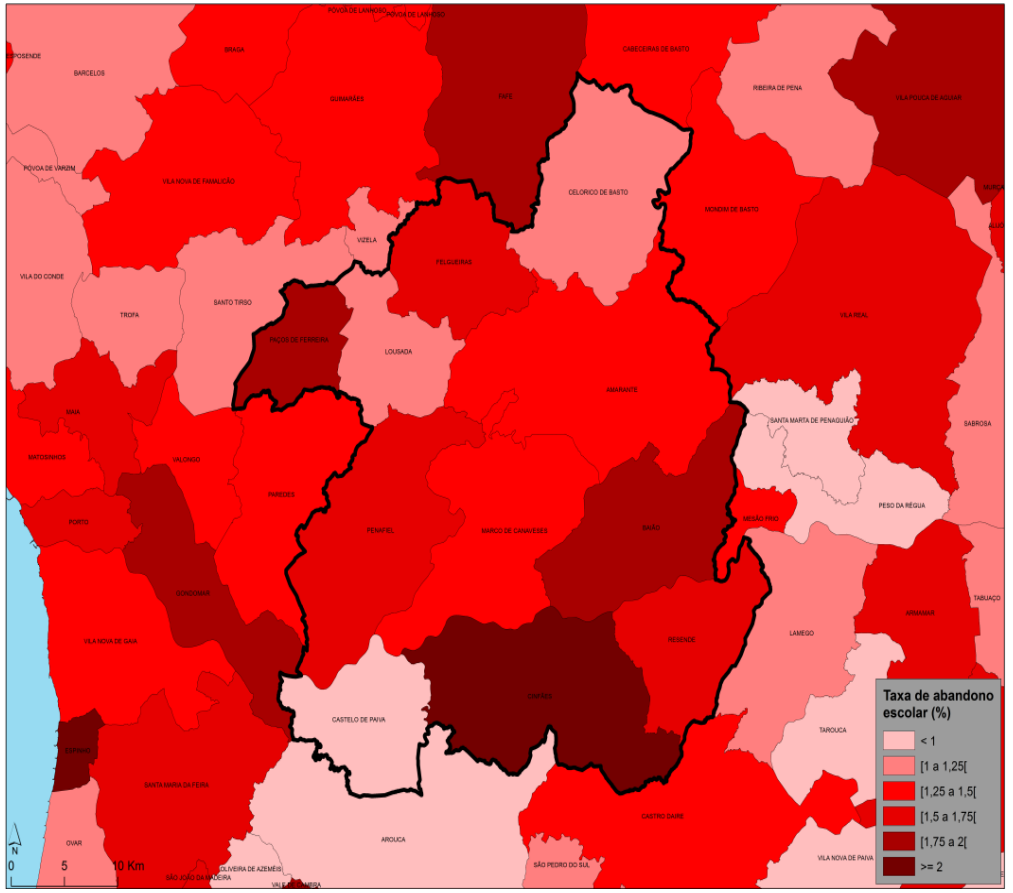
Não obstante, como se pode observar no Mapa, sobretudo em Paços de Ferreira, Cinfães e Baião, mas também em Felgueiras e Penafiel, a evolução registada entre 2001 e 2011 foi bastante expressiva mas ainda insuficiente para atingir a média nacional.

Quadro 2. Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)

Local de residência	2001	2011
Portugal	2,79	1,58
Continente	2,71	1,54
Tâmega	6,20	1,51
Castelo de Paiva	3,80	0,70
Celorico de Basto	5,82	1,16
Amarante	4,88	1,28
Baião	6,34	1,89
Felgueiras	4,50	1,64
Lousada	6,61	1,08
Marco de Canaveses	8,28	1,31
Paços de Ferreira	7,27	1,99
Penafiel	5,70	1,67
Cinfães	8,48	2,39
Resende	9,30	1,56

Fonte: INE, Censos - séries históricas.

Mapa 1. Taxa de abandono escolar (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

O contexto de alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos introduz novos desafios à capacidade das escolas fixarem os jovens em trajetórias escolares mais longas, bem-sucedidas e, em muitos casos, capazes de impulsionar o interesse vocacional por determinada área de atividade.

O Tâmega, com uma taxa de 96,3%, é a NUTS III da Região do Norte com o nível mais baixo de escolarização no Ensino Secundário, a uma distância ainda significativa em relação às restantes NUTS III deste espaço regional.

Quadro 3. Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%), por Localização geográfica

	2004/05	2010/11
Portugal	107,6	134,9
Continente	108,3	136,3
Norte	93,7	131,7
Minho-Lima	102,9	169,6
Cávado	101,7	138,3
Ave	87,1	114,3
Grande Porto	107,4	147,7
Tâmega	64,9	96,3
Entre Douro e Vouga	82,6	116,8
Douro	102,2	152,3
Alto Trás-os-Montes	102,8	149,2

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC–INE, PORDATA.

O alargamento da escolaridade obrigatória traduz um acréscimo de responsabilidade por parte do sistema de educação-formação no que respeita à capacidade de atrair públicos cuja adesão ao cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos é mais difícil de alcançar, justificando por isso a sua integração no PAPE.

Paralelamente, trata-se de um domínio de política prioritário da *Estratégia Europa 2020* (EE2020), sobre o qual recai a meta ambiciosa de redução do abandono precoce de educação e formação para pelo menos 15% em 2015 e 10% em 2020.

A este propósito importa recuperar um conjunto de conclusões extraídas do Estudo de Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce[3], no âmbito do qual se recomendam medidas necessárias para manter a sustentabilidade dos resultados alcançados em matéria de redução de abandono escolar, em Portugal. Com efeito, a dimensão do desafio para a concretização da meta desenhada na EE2020 aconselha o recurso de estratégias de prevenção e intervenção no sistema educativo, evitando as saídas precoces do sistema, combinadas com estratégias de recuperação de jovens adultos que já saíram da escola.

Abordagem holística no combate ao abandono escolar : prevenir e recuperar

O estudo do fenómeno do abandono escolar precoce tem vindo a mostrar que a sua incidência é particularmente elevada em escolas com:

- elevado peso de alunos socialmente desfavorecidos e com ausência ou poucos mecanismos de apoio personalizado a esses alunos;
- um ambiente escolar caracterizado por violência, comportamentos desviantes e altos níveis de absentismo;
- baixos níveis de desempenho, falta de relevância subjetiva dos curricula, baixo nível de confiança em relação aos professores e poucas expectativas educativas dos professores, dos pais e da comunidade;
- fraca cooperação entre escolas e famílias.

Com efeito, o abandono escolar precoce assume uma natureza multidimensional e complexa, cujas razões vão muito para além dos percursos educativos, combinando geralmente fatores de ordem individual e socioeconómica. Populações social e economicamente desfavorecidas, nalguns casos minorias, e trajetórias de baixo investimento educativo no seio da família são propícias ao desinvestimento continuado em educação nas novas gerações. Por outro lado, o agravamento da situação económica das famílias, em particular com a ocorrência de desemprego, ou com o prolongamento dos períodos de desemprego, tem vindo a motivar mais os casos de desistência da escola.

Neste contexto, considera-se que o combate ao abandono escolar precoce deve começar o mais cedo possível, sinalizando, nos primeiros ciclos do ensino básico, os alunos em risco, e ser feito o mais próximo possível das famílias e dos seus contextos particulares. De facto, na maioria das vezes, a desistência da escola não é um episódio pontual e inesperado, mas o resultado de uma longa trajetória para o abandono escolar precoce. Evitar esta trajetória, atuando de forma preventiva, ou

[3] Estudo de *Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce*, adjudicado pelo Observatório do QREN ao Consórcio IESE/Quaternaire Portugal (2013).

interrompe-la aquando dos seus primeiros sinais, parece ser a estratégia mais apropriada. Embora as necessidades educativas desses jovens possam ter resposta numa oferta de educação e formação mais adequada no espaço escolar, não dispensam um acompanhamento caso a caso e integral, incluindo a vida do aluno para além desse espaço.

Paralelamente, proporcionar percursos alternativos, mais ajustados e atrativos, especialmente para os alunos que evidenciam risco de abandono escolar precoce, e garantir em simultâneo a permeabilidade entre esses percursos, mais ou menos *school-based,* e a possibilidade de progressão dos estudos, poderá ser determinante para que estes alunos permaneçam em educação e formação.

Abordagem holística no combate ao abandono escolar: prevenir e recuperar

Por outro lado, reconhece-se, cada vez mais, que as estratégias de aposta nas ofertas de dupla certificação, com uma forte componente de formação profissional, ao nível do ensino básico e sobretudo do ensino secundário, poderão ser potencialmente recuperadoras dos jovens que já abandonaram a escola. Considerando que em Portugal, existem cerca de 150 a 200 mil jovens que abandonaram a escola sem completarem o ensino secundário e não frequentam educação e formação, ganham particular relevância as estratégias de compensação no combate ao abandono precoce de educação e formação. Recuperar uma significativa percentagem destes jovens adultos para uma educação de "segunda oportunidade" será igualmente fundamental para a melhoria das perspetivas de empregabilidade dos jovens e para dar continuidade a futuros investimentos em educação e formação, assim como para concretizar uma diminuição mais acelerada da trajetória de redução da taxa de abandono escolar precoce.

Em complementaridade com estes resultados, e a partir das experiências desenvolvidas nos contextos educativos, na maioria das vezes com resultados observáveis e bastante positivos, parece ficar claro que não basta dispor de modalidades e percursos formativos alternativos e mais apelativos. Muitas outras estratégias são complementares e absolutamente necessárias para potenciar o contributo das vias profissionalizantes e "ganhar" os jovens para a continuidade dos seus estudos.

Nessa lógica, há que sublinhar a necessidade de um trabalho de proximidade e envolvimento das famílias e de um esforço permanente, atento e precoce de acompanhamento dos alunos, caso a caso, sobretudo dos que revelam sinais de risco de abandono precoce ou dificuldades de aprendizagem.

Nos casos mais problemáticos, a intervenção a nível familiar exige uma maior articulação das escolas com outras instituições, nomeadamente com as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), as forças de segurança e a segurança social.

Fonte: Adaptado de Estudo de *Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce*, adjudicado pelo Observatório do QREN ao Consórcio IESE/Quaternaire Portugal (2013).

Esta abordagem holística de combate ao abandono escolar precoce que brevemente se caracteriza suporta a proposta de soluções estratégicas do PAPE nesta dimensão-problema, as quais assumem orientações complementares de natureza preventiva, interventiva e compensatória.

Entre as medidas empreendidas no contexto nacional para apoiar o prolongamento da escolaridade de 12 anos, destaca-se o reforço das vias de dupla certificação que para além de revelarem a capacidade de atrair os jovens através de um modelo de formação mais prático, cumprem a dupla função de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e para a progressão de estudos.

A este nível, e tendo como referência a realidade observada na região Norte, os dados revelam que na região do Tâmega há uma proporção ligeiramente mais baixa de alunos matriculados nas vias qualificantes, sendo a única exceção relativa aos alunos que frequentam cursos profissionais: em 2011/2012, 33,8% dos alunos que frequentavam o ensino secundário estavam matriculados num curso profissional, tal como acontece para o total da região Norte.

Quadro 4. Alunos matriculados no Ens. Secundário em modalidades de educação/formação de jovens, por município, segundo a modalidade, 2011/2012

	Total	Cursos gerais/ científico-huma-nísticos	Cursos tecnoló-gicos	Ensino artís-tico	Cursos profissio-nais	Cursos de aprendiza-gem	Cursos de educa-ção e forma-ção
Portugal	348 434	199 131	10 145	2 341	113 749	21 056	2 012
Continente	329 114	187 880	7 404	2 341	109 260	20 654	1 575
% no total do Continente	100,0	57,1	2,2	0,7	33,2	6,3	0,5
Norte	128 356	69 464	4 243	1 062	43 333	9 679	575
% no total do Norte	100,0	54,1	3,3	0,8	33,8	7,5	0,4
Minho-Lima	9 433	4 233	0	0	3 960	1 211	29
Cávado	16 054	9 005	109	60	5 401	1 394	85
Ave	17 318	9 849	176	0	7 251	0	42
Grande Porto	46 403	24 532	2 761	1 002	13 307	4 642	159
Tâmega	16 465	9 813	964	0	5 573	115	0
% no total do Tâmega	100,0	59,6	5,9	0,0	33,8	0,7	0,0
Amarante	2 451	971	846	0	634	0	0
Baião	399	245	0	0	154	0	0
Cabeceiras de Basto	498	345	0	0	153	0	0
Castelo de Paiva	544	273	0	0	271	0	0
Celorico de Basto	494	237	0	0	257	0	0
Cinfães	565	302	0	0	263	0	0
Felgueiras	2 057	1 174	0	0	883	0	0
Lousada	1 333	944	0	0	389	0	0
Marco de Canaveses	1 721	1 033	71	0	617	0	0
Mondim de Basto	272	146	0	0	126	0	0
Paços de Ferreira	1 507	1 041	0	0	466	0	0
Paredes	2 072	1 387	47	0	523	115	0
Penafiel	1 982	1 369	0	0	613	0	0
Resende	396	245	0	0	151	0	0
Ribeira de Pena	174	101	0	0	73	0	0
Entre Douro e Vouga	9 148	4 574	124	0	3 212	1 156	82
Douro	7 423	3 947	92	0	2 707	603	74
Alto Trás-os-Montes	6 112	3 511	17	0	1 922	558	104

Fonte: INE: Anuário Estatístico Regional.

Dados mais recentes, cedidos pelas entidades formadoras e pela DGEsT, denotam a tendência para o reforço destas vias no conjunto do ensino secundário, numa trajetória de aproximação à meta nacional de 50% de alunos inscritos em ofertas de dupla qualificação, ultrapassada em 3 dos 11 concelhos (Amarante, Cinfães e Resende), revelando o esforço do território na aproximação à meta nacional.

Quadro 5. Proporção de alunos matriculados no ensino secundário em ofertas qualificantes, por concelho

Modalidade	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS	T e S
Científico-humanístico	1.007	245	305	288	309	1.275	942	1.101	1.095	1.432	155	9.563
Prof. qualificante	1.585	186	223	211	349	994	479	882	746	834	231	6.400
Profissional	701	165	223	211	244	935	447	687	460	626	153	5.144
Aprendizagem	88	21	0	0	105	59	32	195	286	208	78	1.256
Total	2.592	431	528	499	658	2.269	1.421	1.983	1.841	2.266	386	15.963
Proporção prof. qualificante (%)	61,15	43,16	42,23	42,28	53,04	43,81	33,71	44,48	40,52	36,80	59,84	40,09

Fonte: Levantamento informação junto das entidades qualificantes do Tâmega e Sousa; DGEsT (apenas n.º de alunos do Científico-humanístico de Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Paredes).

No que respeita ao insucesso escolar, o Documento "Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação" destaca a evolução alcançada no plano do aproveitamento escolar: no ano letivo de 2007/2008, o Tâmega apresentava uma taxa de retenção/desistência no ensino básico de cerca de 6,9%, situando-se acima da taxa registada para a Região do Norte, mas abaixo da verificada para o Continente. Com efeito, esse valor representava uma tendência progressiva de diminuição da taxa que foi interrompida a partir de 2010/11.

No nível secundário de ensino, a diminuição da taxa de retenção/desistência tem também registado descidas bastante expressivas, sentidas sobretudo a partir do ano letivo de 2006/07 que marca o arranque da expansão do ensino profissional nas Escolas Secundárias Públicas.

Quadro 6. Taxas de retenção e desistência

Tâmega	Ano letivo							
	2004/ /05	2005/ /06	2006/ /07	2007/ /08	2008/ /09	2009/ /10	2010/ /11	2011/ /12
Ensino básico	**11,5**	**11,0**	**10,5**	**6,9**	**6,4**	**5,9**	**6,7**	**9,2**
1.º Ciclo do ensino básico	4,7	4,1	3,8	2,8	2,5	2,6	2,6	3,5
2.º Ciclo do ensino básico	12,9	10,8	10,4	6,2	5,2	4,3	4,7	10,1
3.º Ciclo do ensino básico	20,4	20,8	19,7	13,1	12,8	11,5	13,1	15,3
Ensino secundário	**30,7**	**30,3**	**24,1**	**18,5**	**15,5**	**16,3**	**18,0**	**16,9**

Fonte: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Neste plano, é importante sublinhar que a melhoria do desempenho escolar dos alunos é um elemento igualmente fundamental para evitar a desistência em fases posteriores da sua trajetória escolar. Tendo bem presente as lógicas interdependentes entre o sucesso e o abandono escolar, são várias as práticas e experiências que se podem desenvolver em contexto escolar com vista a promover trajetórias bem sucedidas, pelo que a intervenção nesta dimensão deve ser capaz de se apropriar das melhores experiências em curso nas escolas dos 11 concelhos, assim como dar continuidade à procura de soluções inovadoras. O Estudo de Avaliação do Contributo do QREN para a Redução do Abandono Escolar Precoce, anteriormente referido, permite elencar um conjunto de estratégias empreendidas em contexto escolar para promover o sucesso educativo, que podem servir de inspiração à intervenção neste domínio, designadamente:

- reforço das aulas complementares e do apoio individualizado; planos de recuperação e aposta em metodologias de avaliação formativa contínua;
- diversificação das metodologias de aprendizagem com vista a uma melhor adaptação às características do público-alvo;
- desenvolvimento de projetos extracurriculares em ligação com a comunidade, de modo a promover a iniciativa e a criatividade dos alunos e o sentimento de pertença ao meio em que vivem;
- aposta em projetos educativos que têm por base o desenvolvimento integral dos alunos, a nível pessoal e social;
- iniciativas de atribuição de um prémio de mérito ao melhor aluno do curso, em colaboração com as entidades empregadoras;
- promoção de ações de informação e formação para os pais e encarregados de educação, procurando reduzir o seu distanciamento no que respeita à vida escolar dos filhos, informar sobre as escolhas possíveis, mostrar os resultados e as competências adquiridas pelos alunos nos cursos ou, nalguns casos, promover a educação e a formação dos pais pouco escolarizados.

Com efeito, quer o cumprimento da escolaridade obrigatória, quer o prosseguimento para o ensino superior ficará condicionado caso não haja um esforço também no sentido de melhorar continuamente os resultados escolares destes alunos em fases anteriores. O sucesso escolar no ensino secundário tem implicações naturais no prosseguimento de estudos para o ensino superior, sendo este um patamar de particular desvantagem educativa da sub-região. Com efeito, a taxa de escolarização no ensino superior cifra-se em níveis bastante inferiores à média nacional sendo que, segundo os atores auscultados, o prosseguimento de estudos é condicionado pelo desempenho mediano dos alunos nos concursos de acesso ao ensino superior, o que enfatiza a prioridade a atribuir à promoção do sucesso educativo.

Nesta perspetiva, reforça-se a ideia central de que as soluções a definir devem salvaguardar a complementaridade entre abordagens preventivas, de intervenção e compensatórias (i.e., dirigidas a jovens que já abandonaram o sistema de educação-formação), tanto no que respeita ao combate ao abandono escolar precoce[4], como à promoção do sucesso educativo.

Esta lógica de complementaridade está também presente do ponto de vista da integração multidimensional das três grandes Dimensões Analíticas do PDS (Capital Humano, Emprego e Capital Inclusivo), sendo evidente a importância que este tipo de medidas revela para a melhoria futura das condições de acesso dos jovens ao emprego e ao exercício da cidadania.

Por último, importa destacar a articulação lógica prevalecente entre os objetivos estratégicos que decorrem do perfil de problemas anteriormente caracterizados e a Programação dos FEEI no período 2014-2020.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

O perfil de problemas identificados encontra correspondência com a Estratégia preconizada no próximo Quadro Comunitário, designadamente no âmbito do PO Norte e do POCH, que articulam intervenções específicas enquadradas na Prioridade de Investimento *10.1: Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação*.

Também o POISE concorre para apoiar a concretização do desígnio nacional de redução do abandono escolar precoce e a promoção do sucesso educativo, mobilizando o apoio a projetos de intervenção social (como o Programa Escolhas), enquadráveis na PI 9.iii. - *Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades, a par de medidas concretas orientadas para promover a reintegração no sistema de ensino de jovens que não se encontram a estudar nem a trabalhar, numa lógica compensatória da estratégia de combate ao abandono escolar*.

Por último, destaca-se a consideração de intervenções dirigidas à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação que naturalmente podem assumir um papel relevante na concretização eficaz de medidas específicas de combate ao abandono escolar precoce e promoção do sucesso educativo, com cabimento tanto no POCH como no POISE. Neste último, considera-se prioritário o desenvolvimento de abordagens inovadoras (que podem contemplar uma dimensão de cooperação transnacional) em diferentes domínios de política, entre os quais as políticas de qualificação de jovens que abandonaram o sistema de educação-formação sem terminar a sua qualificação, assumidamente complementares das ações previstas no domínio do capital humano, com especial enfoque em ações inovadoras que promovam o reingresso desses jovens em medidas que assegurem ou a conclusão do nível de ensino secundário ou o ensino superior.

Em síntese, partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, a sub-região compromete-se a inscrever nos seus instrumentos de planeamento soluções estratégicas especialmente vocacionadas para:

- Combater o abandono escolar no Ensino Secundário,
- Combater o insucesso escolar no Ensino Básico e Ensino Secundário.

Qualificação da população ativa residente

O Diagnóstico que enquadra o PEDI é claro na forma como sintetiza a caracterização da sub-região na dimensão relativa à educação e formação da população: "a população do Tâmega e Sousa tem níveis de escolarização inferiores à média da Região Norte e do país. Esse défice é menos acentuado

[4] É o conceito de Abandono Escolar Precoce (indivíduos, no escalão etário entre os 18-24 anos, que não concluíram o ensino secundário (ISCED 3) e não se encontram a frequentar o sistema de educação/formação) que é monitorizado no âmbito do cumprimento da Meta da EE2020 e que preferencialmente deve servir de referência.

entre os jovens mas ao ritmo da substituição natural das populações persistirá ainda por muitos anos."

O Documento de Trabalho *Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa* também apresenta uma breve análise da estrutura de qualificações da população, focando as baixas qualificações dos ativos empregados. Na caixa seguinte, recupera-se um excerto dessa síntese, a qual permite situar a sub-região do Tâmega e Sousa no contexto da Região Norte e do país.

Perfil de qualificações da população empregada no Tâmega e Sousa

A população empregada do Tâmega e Sousa apresentava, em 2011, uma estrutura etária mais jovem que as unidades territoriais de referência. Com efeito, em 2011, os trabalhadores residentes no Tâmega e Sousa situavam-se com significado em idades inferiores a 35 anos (38,3%), e em cerca de 1/3 em idades mais avançadas (acima dos 45 anos), enquanto a média nacional evidenciava uma proporção mais significativa em escalões etários avançados (38,3% com mais de 45 anos).

Os TCO apresentam uma estrutura etária jovem, mas com tendência a "envelhecer". Com efeito, em 2010, cerca de 41% dos trabalhadores tinha menos de 34 anos, todavia foram os grupos etários mais avançados (45-54 e + de 55 anos) que registaram a maior evolução. Ao invés, no caso dos TCO com menos de 24 anos regista-se uma evolução negativa.

Diversos argumentos podem ser utilizados para explicar essa tendência: em primeiro lugar e associado aos baixos índices de fecundidade registados nas últimas décadas, a transição de jovens da população ativa tende a ser menor; em segundo lugar, a saída dos jovens estudantes para o sistema de emprego é cada vez mais tardia; finalmente, e talvez com maior evidência na explicação do fenómeno (pois apenas estão considerados os TCO), a prática de contratos precários (mormente, recibos verdes) entre as camadas mais jovens e em início de carreira profissional tem configurado uma atitude expressiva na última década.

Em Portugal, as assimetrias verificadas nas habilitações dos trabalhadores permanecem elevadas, principalmente quando comparadas com a média europeia. De acordo com dados do EUROSTAT, a UE (27) registava, em 2011, uma proporção do emprego com nível de literacia secundário e superior significativamente superior ao básico: 48,9% para o ensino secundário; 29,9% para o superior e 21,2% para o básico. No entanto, Portugal apresentava uma distribuição inversa, representando a população empregada com habilitações inferiores ou iguais ao ensino básico 60,5% e as habilitações médias e superiores, pouco acima de 1/3 do conjunto. Todavia, as variações verificadas entre 2007 e 2011 por aquele organismo estatístico revelam que Portugal registou uma trajetória de correção das assimetrias qualificantes superior à média da UE 27, tendo diminuído a proporção de trabalhadores com ensino básico e aumentado a proporção de trabalhadores com ensino superior e secundário de modo mais determinante.

Perfil de qualificações da população empregada no Tâmega e Sousa

Em termos nacionais, o Tâmega e Sousa evidencia ainda níveis habilitacionais dos seus empregados significativamente abaixo do registado nas unidades de referência e na União Europeia: menos de 1/3 da população empregada possuía, em 2011, o Ensino Secundário e Superior. As assimetrias qualificantes assumem particular destaque nos concelhos mais industrializados: Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada (mais de 70% da população empregada não ultrapassa o Ensino Básico).

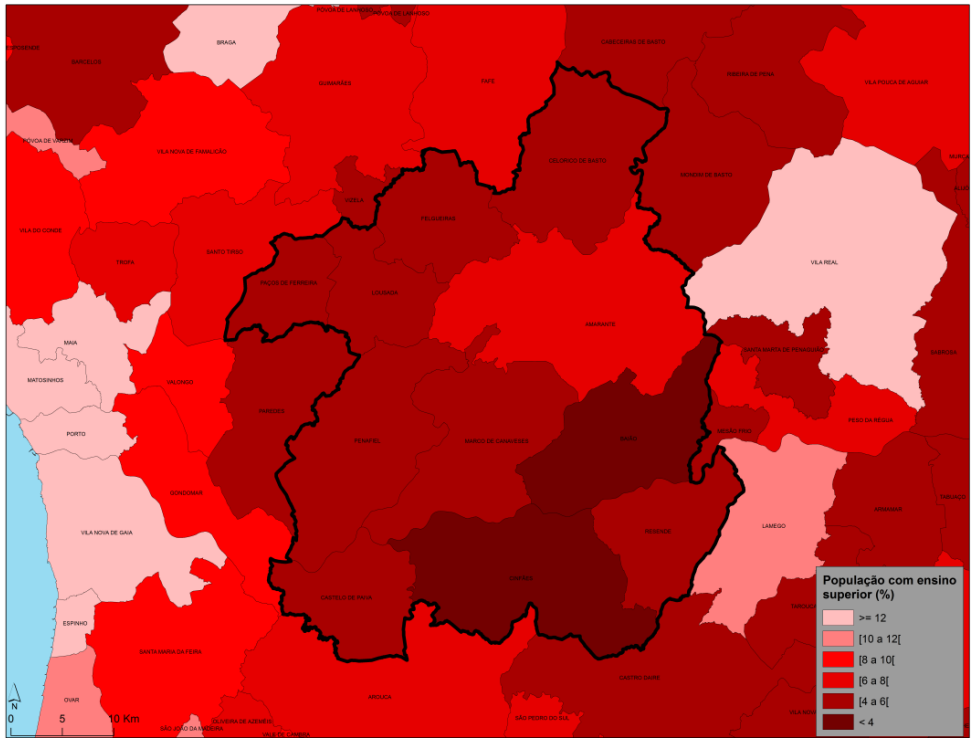
Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa.

O peso preponderante da população com baixas qualificações acumula com o peso insuficientemente expressivo da população habilitada com o ensino superior: a taxa de escolarização nesse nível de ensino fica-se pelos 5,6%, face a 28,7% no Norte e 32% em Portugal.

Quadro 7. Indicadores de educação por município, 2012/2013

	Taxa de escolarização no ensino superior	Proporção de inscritas/os em áreas C&T no ensino superior	Proporção de inscritas/os via "maiores de 23 anos" no ensino superior
Portugal	**32,2**	**29,9**	**7,2**
Continente	**33,7**	**30,0**	**7,1**
Norte	**28,7**	**30,8**	**6,7**
Minho-Lima	17,1	30,6	9,1
Cávado	41,5	38,4	6,1
Ave	3,6	21,0	16,4
Grande Porto	53,5	30,3	6,2
Tâmega	5,6	14,4	9,9
Entre Douro e Vouga	2,2	9,3	24,8
Douro	38,1	32,4	6,1
Alto Trás-os-Montes	35,1	23,5	5,6

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Mapa 2. População com Ensino Superior (2011)

Este ponto de partida é expressivo da menor atratividade deste nível de ensino, a qual pode ter origem numa constelação de fatores, incluindo as dificuldades económicas das famílias para suportar os encargos com a frequência do ensino superior, o insucesso escolar no ensino secundário e a desvalorização social dos diplomas. Com efeito, quer a massificação do acesso ao ensino superior, como as mudanças aceleradas do mercado de trabalho e a crescente precarização do emprego contribuem para alimentar a crença na desvalorização do valor distintivo associado aos títulos académicos. Contudo, os dados do desemprego registado por nível de escolaridade não validam esse tipo de relação: apesar de na sub-região a escolaridade oferecer menos

proteção contra o desemprego, face ao que se verifica, em média, no Norte e no país, "a conclusão do ensino superior proporciona uma taxa de desemprego substancialmente mais baixa, na ordem dos 10%" (cf. Caracterização do Tâmega e Sousa – Relatório de trabalho do PEDI, p. 22).

No caso das intervenções a dirigir à melhoria das qualificações dos adultos menos qualificados verifica-se que a maior aposta da sub-região tem recaído na modalidade de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Esta modalidade permite a combinação com a frequência de módulos curtos de formação certificada (FMC), reconhecidos pelo IEFP como um modelo de formação ajustado às necessidades dos adultos e das empresas, na medida em que permite dotar os adultos de conhecimento especializado em determinada matéria, num período de tempo relativamente curto, mais ajustável às necessidades do empregador/recrutador.

Quadro 8. Alunos matriculados no ensino básico em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012

	Ensino básico - 3º Ciclo			
	Total	Ensino recorrente	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Portugal	52 144	74	15 525	35 544
Continente	51 328	0	15 109	35 218
Norte	23 074	0	6 351	16 298
% no total do Norte	100,0	0,0	27,5	70,6
Minho-Lima	1 398	0	533	865
Cávado	2 627	0	790	1 698
Ave	3 258	0	886	2 297
Grande Porto	6 812	0	1 375	5 415
Tâmega	4 985	0	1 086	3 788
% no total do Tâmega	100,0	0,0	21,8	76,0
Amarante	670	0	142	527
Baião	97	0	69	28
Cabeceiras de Basto	292	0	126	166
Castelo de Paiva	73	0	33	40
Celorico de Basto	249	0	30	219
Cinfães	317	0	73	244
Felgueiras	343	0	80	262
Lousada	302	0	0	302
Marco de Canaveses	360	0	88	272
Mondim de Basto	39	0	39	0
Paços de Ferreira	489	0	142	242
Paredes	861	0	91	766
Penafiel	821	0	101	720
Resende	15	0	15	0
Ribeira de Pena	57	0	57	0
Entre Douro e Vouga	1 712	0	515	1 166
Douro	980	0	428	552

Alto Trás-os-Montes	1 302	0	738	517

Quadro 9. Alunos matriculados no ensino secundário em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, por município, segundo o nível de ensino ministrado e a modalidade, 2011/2012

	Ensino secundário			
	Total	Ensino recorrente	Cursos de Educação e Formação de Adultos	Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Portugal	62 804	6 058	28 005	28 269
Continente	60 995	5 735	26 696	28 092
Norte	23 327	2 052	10 059	11 089
% no total do Norte	100,0	8,8	43,1	47,5
Minho-Lima	1 548	0	750	798
Cávado	2 879	354	1 329	1 150
Ave	2 980	10	1 787	1 177
Grande Porto	8 348	1 639	2 687	3 999
Tâmega	3 408	15	1 230	2 126
% no total do Tâmega	100,0	0,4	36,1	62,4
Amarante	446	0	20	420
Baião	175	0	160	15
Cabeceiras de Basto	209	0	70	139
Castelo de Paiva	49	0	37	12
Celorico de Basto	317	0	30	287
Cinfães	85	0	18	67
Felgueiras	422	15	300	98
Lousada	159	0	55	104
Marco de Canaveses	170	0	125	36
Mondim de Basto	0	0	0	0
Paços de Ferreira	293	0	163	117
Paredes	551	0	126	425
Penafiel	513	0	107	406
Resende	0	0	0	0
Ribeira de Pena	19	0	19	0
Entre Douro e Vouga	1 370	0	686	683

Douro	1 321	29	712	572
Alto Trás-os-Montes	1 473	5	878	584

Fonte: INE: Anuário estatístico regional.

Os indicadores recolhidos pelos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa dão conta do aparente paradoxo entre o aumento do número de desempregados à procura de emprego e a fraca taxa de satisfação das ofertas de emprego, pondo em evidência a necessidade de reforçar a oferta de formação para jovens e adultos existente e melhorar o *matching* entre a oferta de educação-formação e as necessidades do mercado de trabalho regional.

Ofertas e colocações nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa

Em 2011, os Centros de Emprego do Tâmega e Sousa receberam 3.176 ofertas de trabalho e contribuíram para a colocação de 1.685 pessoas inscritas (maioritariamente mulheres: 1/3 do total). Esta relação traduz numa taxa de satisfação das ofertas de trabalho que corresponde a pouco mais de 50% para o Tâmega e Sousa, valor próximo do registado na região Norte, mas abaixo do verificado a nível nacional (62,5%). A evolução das ofertas recebidas pelos Centros de Emprego e as colocações conseguidas registou uma trajetória positiva entre 2007 e 2010, tendo diminuído significativamente a partir daí. Todavia, a taxa de satisfação da oferta de trabalho tem evoluído positivamente na globalidade dos subterritórios em análise (ultrapassando os 50% a partir de 2010), o que evidencia uma estratégia dos Centros de Emprego mais incisiva, no que concerne ao seu objetivo primeiro: "ajustar as intenções da oferta e da procura de trabalho".

As razões que justificam as disparidades entre a necessidade de trabalhadores e a sua satisfação através dos serviços dos Centros de Emprego residem numa multiplicidade de fatores de quantificação complexa. Para além de intenções não concretizáveis pelas entidades empregadoras, verifica-se um comportamento ineficaz dos potenciais interessados nas ofertas. Estes custos de transação derivam de comportamentos oportunistas [inconsequência de empresas de trabalho temporário, diminuição das motivações salariais e de condições de trabalho (ex: ausência de transporte), subsidiodependência dos beneficiários sociais, entre outros] dos atores que compõem os dois lados do mercado de trabalho e que põem em causa o seu ajustamento.

Do ponto de vista intrarregional, a distribuição das oportunidades e a sua satisfação não apresentam uma estrutura homogénea. Com efeito, apesar de concelhos como o de Felgueiras, Paços de Ferreira, Penafiel e Amarante registarem uma parte significativa das ofertas recebidas (já que manifestam um elevado potencial empregador), registam as taxas de satisfação mais baixas do Tâmega e Sousa (esta taxa chegou a ser inferior a 1/3 nos concelhos de Amarante, em todo o período de análise, de Cinfães, em 2011, de Celorico de Basto, em 2012 e do Marco de Canaveses, até 2010). Contrariamente, destacam-se os concelhos de Castelo de Paiva, Lousada e Paredes com um registo próximo de 4/5 das ofertas de trabalho satisfeitas através dos Centros de Emprego.

Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho *Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa*.

A esse nível, importa considerar o investimento que tem sido feito, nos últimos anos, nomeadamente em relação aos exercícios de diagnóstico de necessidades de formação levados a cabo no âmbito da preparação do Pacto Territorial, assim como nos esforços desenvolvidos no âmbito da conceção de um Modelo de Territorialização de Oferta Formativa, o qual "foca a necessidade de se construírem produtos regionais de colaboração em rede que, além de demonstrarem a comunhão dos interlocutores sobre as matérias em apreço, enfocam o compromisso e o propósito de facilitar a intermediação na gestão do financiamento público para as políticas de qualificação de pessoas no território relevante de intervenção" (cf. Contributos para a operacionalização do modelo de territorialização da oferta formativa). Não obstante, permanecem evidências de fragilidades ao nível do planeamento da rede regional de oferta de educação-formação, balizadas quer pela tendência de diminuição gradual da procura face à capacidade instalada, como pelos desafios crescentes de concretização de ofertas profissionalizantes (dirigidas a jovens e adultos) capazes de responder aos níveis de motivação do público e aos interesses das entidades empregadoras.

Paralelamente, o Acordo de Parceria prevê que os POR possam vir a desenvolver um trabalho importante na estruturação da oferta do ensino secundário, dinamizando estratégias de articulação entre os atores locais e

regionais, de forma a melhor adequar a produção de qualificações pelas diferentes modalidades de ensino e formação às necessidades dos mercados locais de emprego.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Finalmente refira-se que o perfil de problemas identificados encontra ampla correspondência com a estratégia de concretização dos objetivos da Estratégia Portugal 2020 e com programação dos FEEI, no período 2014-2020, no âmbito da qual se inscreve a ambiciosa meta para 2020 de 40% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos. Com efeito, o Programa temático dedicado ao Capital Humano adota a quantificação de metas e a concentração de recursos de forma estritamente articulada com os indicadores da Agenda 2020, assumindo a hierarquia de preocupações em torno da redução do abandono escolar e da participação no ensino superior.

Desta forma, o POCH focaliza a sua prioridade nos jovens e adultos jovens, na diversificação da oferta do ensino superior e na valorização da formação em contexto de trabalho. Os investimentos na qualificação da população adulta com baixas qualificações encontra-se concentrada no quadro do POCH (com exceção da complementaridade com o POISE no âmbito das FMC), mas convoca a articulação entre os PO temáticos do Capital Humano e da Inclusão Social e Emprego e os PO Regionais.

Em síntese, partindo das evidências das dimensões-problema apresentadas, o PAPE aprofunda a necessidade de implementar um conjunto de soluções estratégicas dedicadas a:

- Elevar os níveis de escolarização da população em idade ativa,
- Elevar a proporção da população com habilitações equivalentes ao ensino superior, e
- Melhorar a relação entre formação e mercado de trabalho.

EMPREGO

Dimensões-problema, Necessidades, Oportunidades/Potencialidades e Riscos associados à Dimensão Analítica Emprego

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos com relação determinante na dimensão do Emprego, alimentadas a partir da auscultação dos atores, e que serão objeto de maior aprofundamento na análise descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

Quadro 10. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Emprego

Dimensões-problema	Necessidades e prioridades
Dinâmica económica e emprego: • Concentração de atividade industrial (Calçado, Têxtil e Mobiliário) nos concelhos do Vale do Sousa; • Relativa industrialização do território, mas tecido industrial com traços de fragilidade, nomeadamente no plano dos direitos sociais, laborais e ambientais; • Predomínio da atividade Agrícola (incluindo Agroalimentar e Vinhos) e maior valorização do sector do Turismo no Baixo Tâmega; • Acessibilidade penalizadoras dos concelhos do interior; • Taxas de desemprego elevadas, trabalho sazonal e problemas sociais acentuados nos concelhos do Baixo Tâmega; • Tendências de envelhecimento e desertificação penalizadoras da atividade económica e social nos concelhos do Baixo Tâmega; **Problemas na área de influência dos Centros de Emprego:** • Desfasamento gravoso entre ofertas de emprego e mão-de-obra disponível: média de 1000 ofertas de emprego sem procura; • DLD com mais de 55 anos sem resposta adequada de inserção; • Necessidades de requalificação de adultos desempregados, com idades entre os 35 e os 55 anos; • Mortalidade significativa das empresas do sector da construção civil (sobretudo Baião, Cinfães e Marco de Canaveses), com efeitos gravosos ao nível da capacidade de sustentação das famílias, da emigração massiva e diminuição da população ativa residente; **Fatores de atratividade da Região:** • Salto qualitativo da redução do abandono escolar nos últimos 10 anos (impacto positivo do PETI – Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil);	**Promoção do emprego:** • Afinar instrumentos de apoio à criação de emprego com base nas necessidades empresariais; • Reforçar estratégias de ligação entre escola e mercado de trabalho; • Estimular o empreendedorismo, nomeadamente por via de novos modelos de iniciativas a protagonizar pelo IEFP; **Acessibilidades e Transporte:** • Intervencionar o sistema de transportes (necessidade de conceção de um Plano de circulação interna) na rota do Baixo Tâmega com ligação às indústrias do Vale do Sousa, para potenciar dinâmicas casa-trabalho; • Estação ferroviária para promover a mobilidade intermodal para o Baixo Tâmega e percursos pendulares para a área metropolitana do Porto; • Conclusão do IC 35: investimento estruturante para a melhoria das vias de comunicação para escoamento de produtos; ligação de Baião à ponte da Ermida (Resende), ... **Qualificação do tecido empresarial:** • Qualificação e formação de empresários e trabalhadores; • Transferência de conhecimento e incorporação de tecnologia e inovação nas cadeias de produção e de comercialização de produtos endógenos; • Mudança de paradigma e de opções no plano da aposta na formação profissional: apostas no âmbito do empreendedorismo, desenvolvimento de atitudes e competências em contexto de trabalho; formação agregada às potencialidades dos territórios de baixa densidade;... • Aprofundamento da relação com Centros de Conhecimento; • Incorporação de competências técnicas nas entidades da economia social e tecido empresarial. **Dinâmicas demográficas:** • Agravamento da diminuição da natalidade, com implicações na menor capacidade de crescimento económico; • Desertificação dos concelhos do interior (nos últimos anos, Cinfães perdeu 1.000 pessoas, 900

• Qualidade de vida residencial; • Qualidade de equipamentos de proximidade e acesso a serviços, designadamente na área da saúde, escolares, desportivos e sociais; • Taxas urbanísticas pouco elevadas face a outros concelhos;	das quais jovens, p.e.); • Agravamento da emigração da população em idade ativa, incluindo jovens qualificados;

(continua)

Oportunidades/Potencialidades	Riscos
Áreas emergentes de desenvolvimento e criação de emprego: • Aposta no Turismo como possível resposta para a promoção do emprego entre grupos da população com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho: DLD com mais de 55 anos; • Potencial de exploração de produtos endógenos e recursos naturais (p.e., mirtilo, cereal, produção animal, sector florestal, património natural,...); • Reconversão de indústrias tradicionais/atividades artesanais por incorporação de inovação e reforço do marketing/disseminação; • Dinâmicas locais de empreendedorismo social; • Oportunidades de emprego emergentes (manutenção, conservação e restauro; guardiões do património; relojoaria; marroquinaria,...); • Cobertura do território de estruturas de base tecnológica (impacto do Processo de Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais); **Dinâmicas de utilização das medidas ativas de emprego:** • Do lado das medidas promovidas pelo serviço público de emprego, a estratégia passará pela continuidade face ao perfil de apoios atualmente existentes: - estágios (com mesmo nível de apoio: 100 a 80%); - nova medida de apoio à contratação; - aumento da oferta de formação profissional, sobretudo na modalidade de Vida Ativa (esta deve evoluir para uma segunda fase que incorpora uma componente de formação em contexto de trabalho).	**Dinâmicas de utilização das medidas ativas de emprego:** Dinâmica de dependência do recurso à medida de estágios profissionais como fonte de recrutamento, com riscos ao nível da promoção da precarização das relações laborais e da fragilidade das condições de competitividade.

Tal como noutras dimensões consideradas, também o fenómeno do desemprego revela uma grande heterogeneidade inter-concelhia, que justificará naturalmente a adoção de estratégias diferenciadas. Contudo, ao prever a inscrição no PDS Supraconcelhio, pretende-se a sua integração, mediada por objetivos comuns, com vista a melhorar as condições de empregabilidade da população e a potenciar a criação de emprego na sub-região.

Paralelamente, importa ter presente que esta Dimensão Analítica encerra complementaridades relevantes com outras estratégias do território, de onde se destaca o PAPE e o Plano de Ação do Empreendedorismo, focalizado na

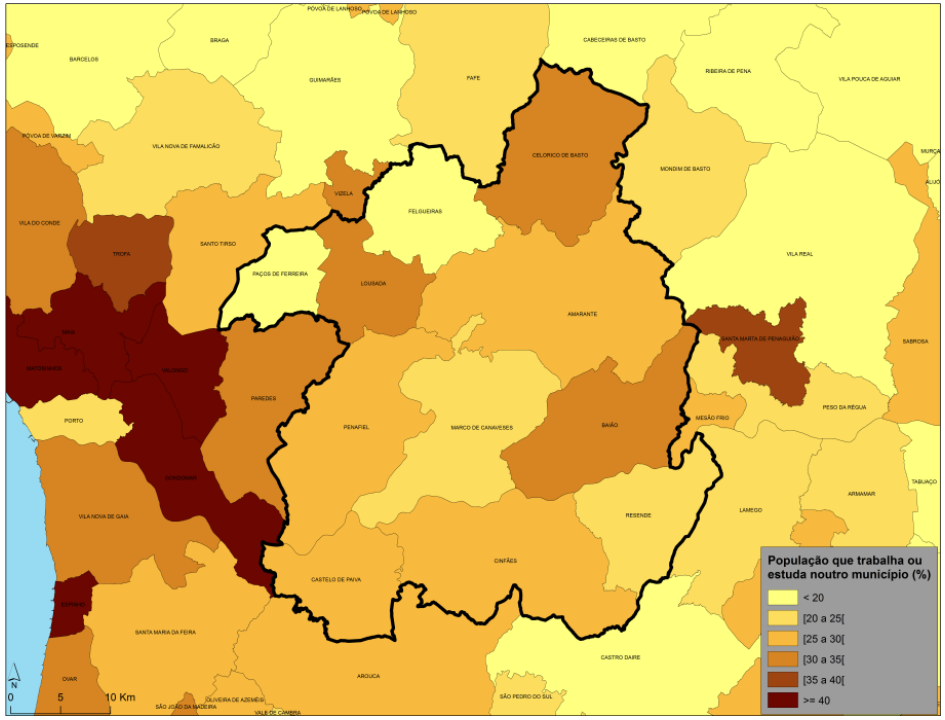
promoção do empreendedorismo económico.

Breve caracterização das dinâmicas do emprego regional[5]

No território do Tâmega e Sousa, os concelhos com maior atração de emprego são destacadamente Felgueiras e Paços de Ferreira. Marco de Canaveses e Penafiel também evidenciam alguma capacidade de atração de mão-de-obra, ainda de que modo mais modesto.

Pode concluir-se que existem níveis de mobilidade laboral significativos no Tâmega e Sousa e entre esta sub-região e outras sub-regiões, com destaque para a área metropolitana do Porto (em especial Paredes e Castelo de Paiva que apesar de um elevado nível de emprego gerado pelos seus aparelhos produtivos, registam uma proporção significativa de residentes empregados noutras áreas geográficas). Os concelhos que evidenciam menores níveis de criação de emprego (Celorico de Basto, Cinfães, Resende e Baião), nomeadamente industrial, registam uma proporção significativa de residentes a trabalharem noutros concelhos do Tâmega e Sousa e fora desta Unidade Territorial.

Mapa 3. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa

Considerando o ganho mensal dos TCO, o Tâmega é a sub-região com a média mais baixa, em todos os setores de atividade (única exceção são os valores médios auferidos pelos trabalhadores do sector terciário no Alto Trás os Montes). Apenas Amarante e Penafiel ultrapassam a média de 800€ mensais e é nos concelhos mais industrializados que os rendimentos auferidos são mais baixos: Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada.

[5] Este ponto recupera parte da análise apresentada no Documento de Trabalho "Dinâmica económica do Tâmega e Sousa", elaborado no âmbito da Agenda da Empregabilidade. As fontes utilizadas são os dados dos Censos de 2011 (INE), os quais se referem à população empregada (trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes ou empresários/as) e dados dos quadros de pessoal (GEP-MSSS) que se referem aos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) do tecido privado, excluído a administração pública.

Em todas as regiões do país continua a verificar-se uma diferença significativa entre o rendimento mensal dos homens e mulheres e a sub-região do Tâmega não é exceção.

O perfil habilitacional dos TCO vai ao encontro das médias salariais verificadas, na medida em que há uma incidência maior dos trabalhadores com habilitações inferiores ao 3.º ciclo do EB (78,3% no Tâmega face a 67,4% no Norte). Com efeito, a variação entre o ganho mensal de um licenciado e um trabalhador com o 3.º ciclo do ensino básico é, em média, de 788€/mensais e, face a um trabalhador com o ensino secundário, de 629€/mensais e enquanto na Região Norte os licenciados representam 11% da força de trabalho (e 14% no Continente), na sub-região do Tâmega, esse valor é de apenas 5,5%.

Paralelamente, e como ilustrado no Mapa 3, a proporção de pessoas que trabalha (e também que estuda) fora do seu concelho de residência é bastante expressivo, o que acarreta maiores dificuldades associadas às dinâmicas de mobilidade casa-trabalho-casa.

Do ponto de vista da igualdade de género, o mercado de trabalho da sub-região caracteriza-se pelo predomínio da mão-de-obra masculina (57,4% contra 42,6%, segundo dados do INE-2011), nos diversos subsectores de atividade. Os subsectores tradicionalmente masculinos continuam com uma elevada representatividade funcional do homem, designadamente a construção, a indústria metalomecânica e a transformação da madeira. Por outro lado, subsectores como o agrícola, a fabricação de têxteis, o vestuário e calçado, a administração pública e social, evidenciam uma proporção superior de mão-de-obra feminina.

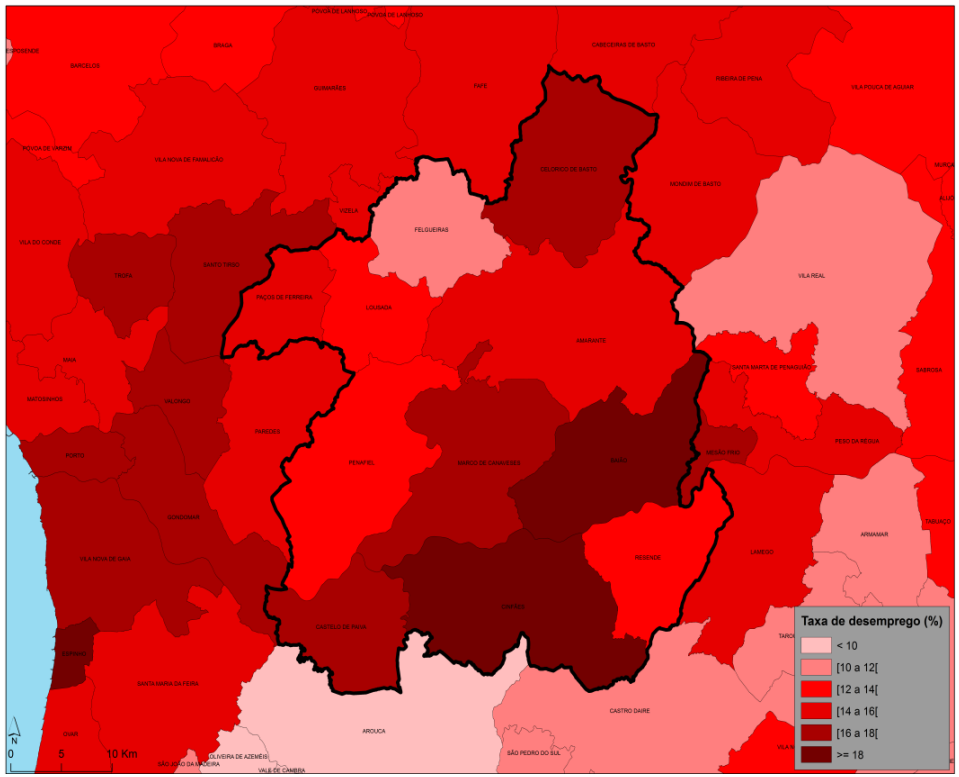
Características e tendências do desemprego: Desemprego da população adulta (incluindo DLD) e desemprego jovem/NEET

A taxa de desemprego no Tâmega e Sousa atingiu, em 2011, os 14%, ligeiramente abaixo dos 14,5 % registados na região Norte, mas ligeiramente acima da média de 13,2% verificada no país. Felgueiras, beneficiando da dinâmica da indústria têxtil, apresenta uma taxa de desemprego bastante inferior à dos restantes concelhos, e mesmo em relação à média nacional. Por outro lado, são os Concelhos do Baixo Tâmega e Douro Sul que evidenciam taxas de desemprego mais preocupantes (próxima de 20%).

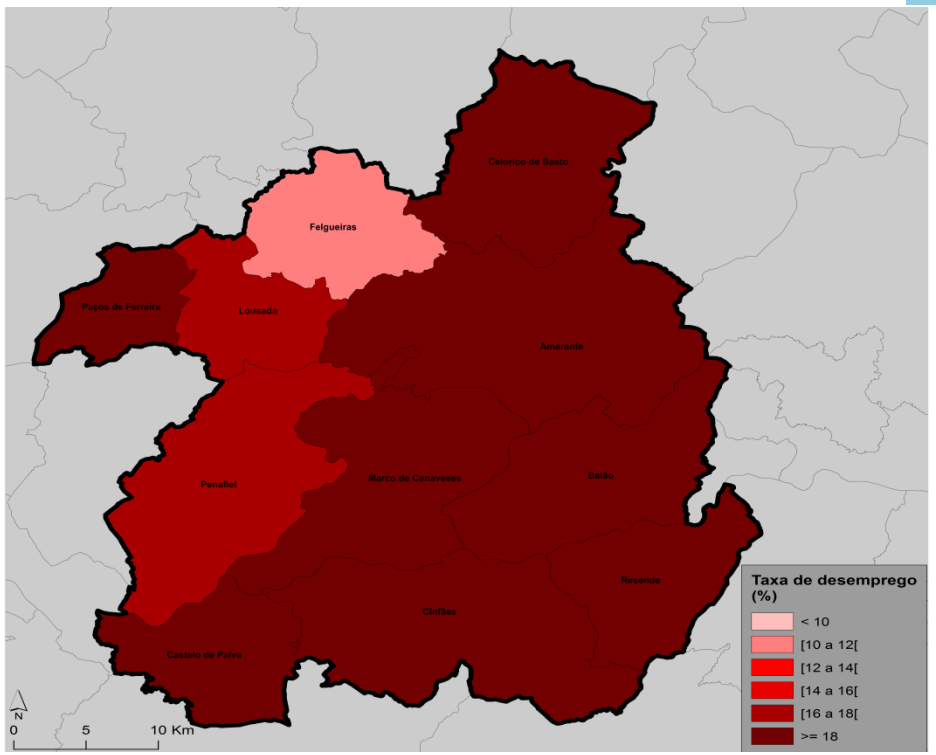
Segundo os dados do número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa, em Dezembro de 2012 registavam-se 44.254 pessoas à procura de trabalho no Tâmega e Sousa. Entre os concelhos da CIM, apenas no concelho de Felgueiras se assistiu, entre 2007 e 2012, a uma diminuição do desemprego, enquanto em concelhos como Penafiel, Lousada, Paredes e Paços de Ferreira, a evolução do desemprego registada foi significativamente superior ao registado na região Norte e no Continente.

Os Mapas seguintes ilustram a distribuição da Taxa de desemprego no território do Tâmega e Sousa, pondo em evidência a profunda heterogeneidade inter-concelhia deste indicador.

Mapa 4. Taxa de desemprego (2011)



Mapa 5. Taxa de desemprego (CIM, 2012)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Para além das diferenças inter-regionais, o Documento de Trabalho "Dinâmica económica do Tâmega e Sousa", desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Educação e Formação no âmbito da Agenda da Empregabilidade, põe em evidência a prevalência de fragilidades merecedoras de Soluções Estratégias particulares, designadamente ao nível:

- das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres;
- da incidência do desemprego de longa duração (DLD);
- da incidência do desemprego na população com habilitações mais baixas, que naturalmente acumulam maior dificuldade em reingressar no mercado de trabalho, e
- das dificuldades e precariedade da transição dos jovens para o mercado de trabalho.

A caixa seguinte recupera o essencial dos elementos analíticos apresentados naquele Documento, os quais se suportam na análise da evolução do número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Tâmega e Sousa.

Tendências do desemprego no Tâmega e Sousa, a partir da análise dos dados dos Centros de Emprego

A análise da estrutura do desemprego registado no Tâmega e Sousa pelo IEFP possibilita uma perspetiva multidimensional do fenómeno. As desiguais oportunidades entre homens e mulheres, no que respeita à inserção no mercado de trabalho, apresentam particular destaque. Não se trata apenas de uma emancipação profissional do sexo feminino que caracterizou as últimas três décadas em Portugal e do consequente aumento do fluxo de mulheres inativas para a população ativa, mas também da persistente estigmatização depreciativa relativamente às capacidades das mulheres em sectores tradicionalmente masculinos. Com efeito, a mulher continua a ser ligeiramente mais representativa que o homem na população à procura de trabalho (50,8% em dezembro de 2012, na CIM TS). Todavia, a evolução desta proporcionalidade desequilibrada mostra que entre 2004 e 2007 a assimetria agravou-se para, a partir daí até 2012, tender a aproximar-se. A crescente destruição de empregos, fundamentalmente no setor da construção, associados à mão-de-obra tradicionalmente masculina, contribuiu fortemente para esta trajetória. Esta constatação regista-se não apenas nesta sub-região, mas também nas que lhe servem de referência (Norte e Continente[6]).

No Tâmega e Sousa e em Dezembro de 2012, os concelhos do Baixo Tâmega registam ainda uma proporção significativa [7] de mulheres desempregadas, contrariamente, os concelhos do Vale do Sousa evidenciam uma proporção de homens à procura de trabalho superior à das mulheres. A trajetória observada no período de referência (2004-2012) permanece, contudo, semelhante em todos os Concelhos, i.e., a do reforço do desemprego masculino.

Ao introduzir-se a variável tempo na problemática do desemprego verifica-se, no Tâmega e Sousa, uma proporção de desempregados de longa duraçã[8] (DLD) inferior à de desempregados há menos de um ano (48,1% de DLD contra 51,8% inscritos há menos de um ano em 2012), mas com tendência a aumentar, principalmente a partir de 2007. A proporção de DLD continua ligeiramente superior à verificada na região Norte e significativamente superior à verificada no Continente, o que consubstancia uma fonte de preocupação na definição de políticas ativas de emprego, pois trata-se de uma condição que ativa significativamente o processo de exclusão social. Numa análise intrarregional, registam-se níveis preocupantes de desemprego de longa duração (superiores a metade dos desempregados) nos concelhos de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende.

Os motivos de inscrição nos Centros de Emprego estão maioritariamente relacionados com o fim de trabalho não permanente e no despedimento (mais de metade dos inscritos em 2012), seguindo-se a transição de mão-de-obra inativa (cerca de 17% dos inscritos). Com efeito, em 2012 o Tâmega e Sousa registava 30,3% de inscritos por terem findado um contrato a termo, inferior ao da região Norte (31,7%) e sobretudo do Continente (39,5%); contrariamente ao nível de inscritos por motivo de despedimento (26,3% na CIM TS, 20,7% na região Norte e 17,9% no Continente). Esta constatação está intimamente relacionada com o aumento de despedimentos coletivos de unidades industriais em concelhos de forte intensidade industrial como Paços de Ferreira, Lousada, Paredes e Felgueiras (registam cerca de 1/3 de inscrições por motivos relacionados com o despedimento). Não obstante, as inscrições decorrentes do términus de contratos a termo têm registado um aumento proporcionalmente superior aos dos despedimentos.

Decorrente das transformações demográficas ocorridas nas últimas três décadas (aumento da esperança média de vida e da diminuição da taxa de natalidade), a estrutura etária da população desempregada do Tâmega e Sousa tem registado uma diminuição assinalável dos desempregados com menos de 25 anos e entre os 25 e 34 anos, contrariada por um aumento dos desempregados compreendidos entre os 35 e 54 anos e, sobretudo, com mais de 55 anos. Esta evolução não contraria todavia a elevada taxa de desemprego registada nos jovens.

Este comportamento é igualmente verificado na região Norte e no Continente, sendo que as representatividades entre os grupos etários também não apresentam diferenças relevantes (47,9% no escalão 35-54 anos; 20,1% no escalão 25-34 anos; 17,8% no escalão mais de 55 anos e 14,2% no escalão inferior a 25 anos para o Tâmega e Sousa). Nos extremos etários encontramos justificações complementares às tendências demográficas e que se relacionam com dinâmicas próprias do mercado de trabalho e das suas novas exigências. Em primeiro lugar, a entrada cada vez mais tardia no mercado de trabalho pelos estudantes (que

[6] A diferença é ligeiramente mais acentuada no Norte, 52% (mulheres) contra 48% (homens), mas igual à verificada no Continente. Não obstante, a correção desta assimetria acorreu de modo mais intensivo ao longo de 2012 no Tâmega e Sousa.

[7] Baião, Castelo de Paiva, Amarante, Resende registam mais de 57% de desemprego feminino; Celorico de Basto e Marco de Canaveses, mais de 52%.

[8] Inscrito há mais de 1 ano.

optam por adquirir mais competências académicas no sentido de uma expectável melhor aceitação e valorização das organizações empregadoras) confere uma representatividade superior à população inativa nas faixas etárias mais baixas. Em segundo lugar, os sectores que libertam mais mão-de-obra para o desemprego estão associados à indústria e aos serviços pouco qualificados, cujos trabalhadores apresentam idade avançada e baixos índices de literacia, herdada de políticas conservadoras.

Sem confundir capacidades/qualificações profissionais com habilitações académicas é possível estabelecer uma relação significativa entre baixos níveis literários e baixas qualificações das pessoas desempregadas. Uma parte significativa das pessoas inscritas nos CE do Tâmega e Sousa evidenciam habilitações mais baixas que as unidades geográficas de referência (no TS, 58,3% tem o 2º ciclo ou menos, enquanto na região Norte esse valor é de 48,1% e no Continente 42,2%). Esta constatação tem especial ênfase nos concelhos de Cinfães, Paços de Ferreira (cerca de 2/3 dos desempregados tem o 2º ciclo ou menos), Lousada e Paredes (62%).

Não obstante estas constatações, importa não descurar a tendência verificada entre os desempregados com habilitações mais elevadas, mormente com nível secundário e superior. A informação disponibilizada pelo IEFP permite verificar que, no Tâmega e Sousa e no período considerado, os desempregados com habilitações médias e superiores cresceram 2 vezes mais que os desempregados com o 1º ciclo (entre 2004 e 2012). Se se considerar a evolução e representatividade dos desempregados que tinham profissões especializadas, verifica-se que esta não apresenta valores tão significativos (cerca de 2%) quanto ao total de desempregados com formação superior. Isto permite concluir que a proveniência destes desempregados advém, em grande medida, da população inativa (estudantes) que procura um emprego pela 1ª vez, mas também é demonstrativo que uma parte entra no mercado de trabalho em regime precário a desenvolver profissões desajustadas das habilitações literárias adquiridas.

Fonte: Adaptado de Documento de Trabalho Dinâmica Económica do Tâmega e Sousa.

Especificidades da evolução do emprego nos principais setores económicos da Região

O PAPE dedica um capítulo à análise das dinâmicas de emprego na região, abordadas numa perspetiva sectorial e para os principais setores de atividade da região: Têxtil, Calçado, Madeira, Pedra, Metalomecânica, Agricultura, agroindústria e floresta e Turismo. No decurso do processo de elaboração do PAPE, procurou-se valorizar as especificidades setoriais das principais fileiras-chave da região de forma a identificar tendências de evolução da atividade e necessidades decorrentes em matéria de qualificação de mão-de-obra qualificada.

Nesse sentido, o relatório final (concluído no fim de 2014) apresenta um conjunto de elementos a ter em conta com vista ao ajustamento entre a oferta de formação existente e as necessidades de mão-de-obra, recolhidos a partir da perspetiva cruzada de várias entidades do setor empresarial e das instâncias regionais de condução das políticas de emprego e formação.

Com efeito, sendo a dimensão relativa ao Emprego o principal enfoque do PAPE, a maior parte das intervenções previstas para estimular o emprego das fileiras-chave da região estão definidas naquele documento, no âmbito do qual as Redes Sociais são consideradas parceiras essenciais para a concretização de um conjunto de iniciativas estruturantes.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da programação estratégica definida para o horizonte 2020, a Estratégia definida no Acordo de Parceria orienta dois objetivos temáticos para o combate ao desemprego: *OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores* e *OT 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação* (nomeadamente no âmbito das Prioridades de investimento 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade e 9.5. Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e

da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego), os quais cobrem um leque alargado e genericamente adequado de prioridades de intervenção, que representam um importante desafio de articulação ao nível do seu planeamento e concretização, uma vez que implicam a mobilização dos instrumentos financiados pelos PO Regionais e pelo POISE.

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos associados à dimensão analítica Capital Inclusivo

Na matriz seguinte estão identificadas as principais dimensões-problema, necessidades, oportunidades/potencialidades e riscos sinalizados em relação à dimensão do Capital Inclusivo, alimentadas a partir da auscultação dos atores e que serão objeto de maior aprofundamento na análise descritiva das características desta dimensão no território, que se apresenta nos pontos seguintes.

Quadro 11. Matriz de principais Dimensões-problema/Necessidades/Oportunidades e Potencialidades/Riscos - Capital Inclusivo

Dimensões-problema	Necessidades
• Dificuldades na inversão das taxas de desemprego, com consequências no aumento da pobreza e exclusão social • Elevado nível do desemprego e dificuldades de acesso/integração na vida ativa • Baixa taxa de natalidade (mais acentuada nos concelhos do Tâmega); • Perda da população residente nos grupos etários mais jovens; • Escassez de respostas inovadoras (inovação social) para problemas sociais • Insuficiente mercado social de emprego para capacitação de pessoas com maiores dificuldades de inserção • Dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, por insuficiência de rendimentos • Sobreendividamento das famílias • Pobreza intergeracional/ persistente e pobreza "escondida" • Incidência de casos de violência doméstica • Fracas competências pessoais, sociais e parentais • Dificuldade de emancipação de jovens e sua dependência familiar prolongada • Fraca participação cívica das pessoas em situação de pobreza • Consumos/ Dependências (Álcool, drogas ou outras substâncias psicoactivas) • Insuficiente capacidade das respostas sociais existentes para grupos específicos (p.ex., saúde mental, cuidados continuados, mulheres vítimas de violência doméstica); • Problemas de Saúde mental unanimemente reconhecidos pelo sistema de atores regional • Falta de respostas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico • Insuficiente resposta ao nível dos cuidados continuados • Aumento da população idosa com necessidades diferenciadas, sem adequação dos serviços disponíveis • Isolamento e inatividade física/cognitiva e social de população idosa (situação de dependência) • Insuficiência de atividade promotoras do envelhecimento ativo	• Criação de postos de trabalho; • Incentivo à prática da Responsabilidade Social das empresas; • Atenuar o estigma social associado à doença mental • Prevenção primária e resposta a problemas de saúde mental (sensibilização nas escolas) • Fomento do empreendedorismo social, seja para população sénior mais vulnerável à pobreza e exclusão seja para a população sénior mais qualificada, que exige naturalmente respostas e equipamentos • Reforço do capital inclusivo através da melhoria da qualidade das redes e parcerias e respetivas respostas de intervenção • Capacitação dos atores locais com responsabilidade na concretização da política social • Falta de comunicação, articulação e trabalho em parceria entre as entidades, com ausência de respostas integradas • Falta de visão empresarial e de Planeamento estratégico das instituições e da intervenção na área social
Oportunidades/Potencialidades	**Riscos**
• Novo Quadro Comunitário de Apoio • Empreendedorismo criativo • Desenvolvimento de projetos inovadores • Sistema de governação montado através da Agenda da Empregabilidade (articulação entre os técnicos e existência de parcerias estratégicas), • Dinamização da economia social e projetos de empreendedorismo social • Dinamização de projetos de Envelhecimento ativo • Adoção do conceito de envelhecimento ativo enquanto expressão e atitude potenciadora de um desenvolvimento social inclusivo; • Certificação da qualidade das instituições e das valências sociais de apoio à população sénior existentes no concelho; • Existência de equipamentos de proximidade, com respostas diversificadas e dirigidas para públicos heterógenos (refeitório, cantinas sociais, banco alimentar, creches lares, crianças e jovens em riscos, toxicodependentes, imigrantes…) e com uma boa cobertura territorial • Existência de Programas de promoção do sucesso escolar e desenvolvimento de	• Emprego precário; • Desajuste entre a qualificação da mão-de-obra e as exigências de mercado; • População extremamente envelhecida; • Estigma Social. • Carência de qualificações dos potenciais empreendedores. • Degradação da situação económica da população e agravamento dos níveis de pobreza e dos fenómenos de exclusão social • Incapacidade de resposta das estruturas regionais face ao crescimento das situações de pobreza e emergência social • Sustentabilidade dos projetos após o financiamento • Crescente dificuldade das famílias em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afeto, confiança, segurança). • Insustentabilidades dos equipamentos e respostas sociais • Declínio demográfico, aceleração do despovoamento e do isolamento; • Diminuição do investimento público nas intervenções de âmbito social (atual)

competências pessoais e sociais promotoras de inclusão social • Existência de Programas municipais de apoio às famílias mais carenciadas • Trabalho desenvolvido pelas entidades existentes no âmbito das Redes Sociais concelhias	• Contração do investimento publico e recuo das funções do Estado • Insuficiente oferta de soluções multidimensionais integradas nas parcerias estratégicas

Os elementos de diagnóstico mobilizados para esta componente são diversos e cruzam elementos referenciados pelo sistema estatístico nacional com elementos de evidência que nascem das experiências (embora qualitativas, muito importantes) dos atores do território que operam nas áreas mencionadas.

O exercício de priorização das dimensões problema realizado com os grupos de trabalho das Redes Sociais e IPSS's da agenda permitiu a identificação, numa perspetiva tripla:

- As mais graves
- As mais urgentes
- As que apresentam tendências problemáticas se não se atuar no curto prazo.

Embora já referido na secção metodológica, a mobilização dos grupos de trabalho que operam na intervenção social do território foram envolvidos em Grupos de Trabalho temáticos após o processo de priorização que, por sua vez, deu origem às seguintes áreas de problemas:

Saúde mental e dependências

População em risco de exclusão/pobreza e grupos desfavorecidos (Inclusão ativa e estratégias de combate à pobreza)

Dinâmica demográfica (Envelhecimento / Quebra da natalidade)

Economia social e empreendedorismo social

Violência doméstica / crianças e jovens em risco

Necessidades /Estratégias para a capacitação dos atores-chave para a intervenção

No quadro do Capital inclusivo, é justamente este conjunto de 6 áreas problema que mereceram uma atenção especial e incorporação no PAPE e que representam o núcleo forte da intervenção das Redes Sociais e, como tal, do PDS Supraconcelhio.

Dimensão problema:

- *Saúde mental e dependências*

De acordo com o inscrito num dos Diagnósticos Sociais mais recentes realizados no Tâmega e Sousa (Redes Social de Baião), na temática da Saúde, continua-se a assistir a uma reduzida tradução dos dados estatísticos com as especificidades locais apreendidas e vivenciadas pelas parcerias em matéria de problemáticas sociais em matéria de saúde mental. Os problemas ligados ao álcool, as medidas de prevenção, tratamento e reinserção, continuam a não encontrar nos diversos concelhos projetos e medidas sustentadas e concertadas de intervenção dos parceiros, que permitam minorar este flagelo pessoal, social, familiar e profissional.

Considerando as alterações demográficas que apontam para a existência de uma população cada vez mais envelhecida, a atenção aos cuidados de saúde continuados e de proximidade assume também particular importância, bem como, a reflexão sobre a acessibilidade dos mais vulneráveis às estruturas e aos equipamentos de apoio ao nível da reabilitação psicossocial e da saúde mental, impõem-se num quadro de intervenção estratégica.

Por outro lado, a saúde tem sido identificada como um sector onde a articulação intersectorial é mais difícil, pela frágil cooperação e compromisso/parceria institucional, principalmente no que concerne aos

serviços de especialidade. De facto, o desconhecimento e a ausência de reflexões decorrentes de processo de avaliação das respostas existentes dirigidas à saúde mental no território deixam antever uma necessidade imperiosa de base de suporte à definição de outras medidas de política pública: a sinalização dos casos de Saúde Mental.

Na ausência de dados mais estabilizados para a sub-região do Tâmega e Sousa sobre a prevalência de cada um dos distúrbios mentais e respetivo impacto na empregabilidade e ausência da vida ativa, é necessário recorrer a alguns elementos de enquadramento que se podem encontrar no referencial recente da Direcção-Geral da Saúde, intitulado "Saúde Mental em números – 2013".

Neste documento está inscrito que os reduzidos estudos epidemiológicos recentes mostram que os distúrbios psiquiátricos e os problemas de saúde mental relacionados com a saúde em geral tornaram-se a principal causa de incapacidade para a atividade produtiva e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura em todo o mundo:

- "Os distúrbios mentais são responsáveis por mais de 12% da carga global de doença em todo o mundo, valor que sobe para 23% nos países desenvolvidos";
- "Estimativas do Conselho Europeu do Cérebro indicam que 27,4% da população da UE com idade entre 18 e 65 anos sofre, em cada ano, de um qualquer tipo de problema de saúde mental, número que foi atualizado recentemente para 38,2";
- "Cinco das 10 principais causas de incapacidade a longo prazo e de dependência psicossocial são doenças neuropsiquiátricas: depressão unipolar (11,8%), problemas ligados ao álcool (3,3%), esquizofrenia (2,8%), distúrbios bipolares (2,4%) e demência (1,6%) " (idem), sendo as perturbações depressivas a 3.ª causa de carga global de doença (1.ª nos países desenvolvidos), estando previsto que passem a ser a 1.ª a nível mundial em 2030, com agravamento provável das taxas de suicídio e parasuicídio";
- "Na Europa, os problemas de saúde mental respondem por cerca de 26,6% da carga total de problemas de saúde, sendo o suicídio um das 10 principais causas de morte prematura" (idem).

Obviamente que é clara a relação entre saúde mental e coesão social e empregabilidade, tendo em conta que os distúrbios mencionados acima causam incapacidade temporário (e por vezes permanente) para uma vida ativa.

Adicionalmente, o Estudo Nacional de Saúde Mental, recentemente realizado no âmbito do *World Mental Health Survey Initiative*, comprovou de forma inequívoca a importância desta dimensão problema:

- Em Portugal existe uma das mais elevadas prevalências de doenças mentais da Europa;
- Uma percentagem importante das pessoas com doenças mentais graves permanece sem acesso a cuidados de saúde mental;
- Muitos dos que têm acesso a cuidados de saúde mental continuam a não beneficiar dos modelos de intervenção (programas de tratamento e reabilitação psicossocial) hoje considerados essenciais.

A magnitude deste impacto resulta não só da ampla prevalência das perturbações mentais, mas também de uma significativa proporção dos indivíduos iniciarem tarde o tratamento ou não terem sequer acesso a cuidados adequados às suas necessidades.

Alguns dados decorrentes do referido referencial podem ser aqui evidenciados no que toca à prevalência de perturbações mentais:

- O valor de prevalência anual encontrado (22,9%) é o mais elevado entre os 8 países da Europa integrados no estudo, sendo apenas suplantado no conjunto analisado pelos EUA (26,4%).
- Em Portugal, comparado com o resto da EU, a maioria das pessoas com problemas de saúde mental recorre tendencialmente à Medicina Geral e Familiar e de modo mais expressivo do que no resto da UE, o que reforça a importância, na perspetiva de uma melhor eficácia de intervenção, da regular e efetiva articulação entre as Equipas Comunitárias de Saúde Mental e os Cuidados de Saúde Primários.

Quadro 12. Distribuição dos Departamentos, Serviços e Equipas Comunitárias de adultos nos Hospitais do SNS, por ARS (2012)

Capacidade instalada em Saúde Mental Adultos (SNS)						
ARS	Hospitais Psiquiátricos/Equipas comunitárias	Departamento ou Serviço Psiquiatria		Totais de departamentos e serviços	Psiquiatria no serviço de urgência	
		Com internamento	Sem internamento		24h	Diurno
Norte	1	10	13	14	2	3
Centro	1/3	7	0	8	1	
LVT	1/5	12	0	13	2	7
Alentejo	0	3	1	4	2	
Algarve	0	2	0	2	1	
Total	3/8	34	4	41	8	10

Fonte: PNSM 2013

Segundo os únicos dados que se encontram nos anuários estatísticos do INE sobre esta matéria, é possível observar a escassez de especialistas de saúde mental no SNS na região. Dos 1000 especialistas existentes no continente e dos 331 na região Norte, apenas 3 especialistas são contabilizados na sub-região Tâmega, valor semelhante a outras NUT III, como Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes.

Quadro 13. Médicas/os por município de residência, segundo a especialidade, 2012

Sub-regiões	Psiquiatria	Concelhos	Psiquiatria
Continente	**986**	Amarante	0
Norte	**331**	Baião	1
Minho-Lima	**10**	Castelo de Paiva	0
Cávado	**28**	Celorico de Basto	0
Ave	**9**	Cinfães	0
Entre Douro e Vouga	**3**	Felgueiras	0
Douro	**3**	Lousada	0
Alto Trás-os-Montes	**3**	Marco de Canaveses	0
Grande Porto	**272**	Paços de Ferreira	0
Tâmega	**3**	Penafiel	1
		Resende	0

Fonte: INE- Anuário Estatístico Regional, 2013.

Outro aspeto de importante reflexão é a Promoção da Saúde Mental em jovens. De facto, esta deve ser encarada como um investimento para o futuro. Segundo a OMS, os jovens são muitas vezes relutantes em procurar ajuda profissional. Esta entidade estima que apenas 10 a15% de jovens com problemas de saúde mental recebem a ajuda de serviços de saúde mental existentes.

Nesse sentido, é fundamental a habilitação de prestação de informações sobre problemas de saúde mental e as oportunidades de apoio e tratamento, nomeadamente em seio escolar.

Além de sofrimento mental, muitas vezes os jovens enfrentam habitações precárias, dificuldades financeiras, desemprego e falta de oportunidades para o desenvolvimento de independência e participação social (especialmente os jovens NEET, já referido neste relatório).

A este propósito, encontram-se algumas possibilidades e configurações na promoção da saúde mental dos jovens, estando disponível informações várias sobre boas práticas e intervenções eficazes que promovam a saúde mental e o bem-estar dos jovens.

Alguns exemplos de projetos que podem constituir *mainstreaming* no âmbito da promoção da Saúde Mental

A **UE-Compass para Ação em Saúde Mental** é um recurso interativo para o intercâmbio de informação sobre saúde e atividades de promoção e prevenção mentais em toda a EU.

Inclui um banco de dados com políticas e boas práticas, disponível em:

http://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/mental/mental_health_compass_en.htm.

Outro exemplo é o banco de dados **ProMenPol** (http://www.mentalhealthpromotion.net / ? lpromenpol.en), que é uma seleção estruturada de ferramentas de promoção da saúde mental em contextos diversos, incluindo escolas .

Muitas intervenções visam melhorar a vida ou as aptidões sociais das crianças e

adolescentes, a fim de lidar com o stress, diferentes estados emocionais, assim como melhorar as relações pessoais. Este tipo de intervenções é geralmente fornecida no seio das escolas.

O programa oferece um conselheiro pessoal para os homens jovens, enquadrado nos serviços sociais e de saúde municipais, abrindo a possibilidade de discussão dos seus planos para o futuro e a situação de vida atual, a ocorrência de problemas de saúde mental, abuso de substâncias e bem-estar geral, sintomas, medicação, terapias, etc.

Os programas dirigidos aos jovens também podem operar através de novas tecnologias, por exemplo, usando a Internet. Algumas crianças e jovens podem preferir a Internet à "cara a cara", o que justifica iniciativas como o **Web coaching**, projeto piloto desenvolvido na Suécia, que permite ajuda direta e aconselhamento via Internet.

Finalmente sabe-se hoje que os custos diretos e indiretos associados às perturbações psiquiátricas ou mentais, decorrentes das despesas assistenciais e da diminuição da produtividade (ex., desemprego, absentismo, baixas por doença, apoio a familiar doente), têm um enorme impacto económico nos orçamentos públicos, podendo atingir cerca de 20% de todos os custos da saúde. Este facto, por si só, ilustra de forma inequívoca a relevância que as políticas de Saúde Mental não podem deixar de assumir no contexto das políticas públicas uma atenção especial, sobretudo nas seguintes frentes:

(i) sinalizar os casos de Saúde Mental;
(ii) aprofundar o combate ao estigma e a prevenção das doenças mentais;
(iii) maior desenvolvimento da saúde mental comunitária e da articulação com os cuidados de saúde primários (capacidade instalada);
(iv) definir os elementos de suporte para a criação de respostas de empregabilidade e de retorno à vida ativa (inclusão ativa);
(v) criar respostas ao nível da Saúde Mental e assegurar o acesso a serviços de qualidade;
(vi) reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações;
(vii) capacitar o sistema de atores e as organizações.

Ainda nesta dimensão-problema, destacam-se as dependências.

Do ponto de vista das evidências estatísticas, existem dificuldades estruturais na abordagem para além dos utentes sinalizados pelo SNS e pela rede pública, uma vez que uma boa parte da manifestação ocorre em contexto informal. Contudo, alguns dados do Instituto da Droga e Toxicodependência revelam um número expressivo de casos no território do Tâmega e Sousa (cerca de 700 utentes em tratamento no ano de 2012).

Quadro 14. Utentes que Iniciaram Tratamento no Ano (Novos Utentes e Utentes Readmitidos) e Utentes em Tratamento no Ano, segundo a Residência

Rede Pública – Ambulatório (Portugal Continental, 2012)

Concelho de Residência	Utentes que iniciaram tratamento no ano						Utentes em tratamento no ano		
	Novos utentes			Readmitidos					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Amarante	4	0	4	7	2	9	46	4	50
Baião	1	0	1	2	0	2	11	1	12
Castelo de Paiva	3	0	3	5	0	5	37	0	37
Celorico de Basto	0	0	0	1	0	1	14	0	14
Cinfães	0	0	0	2	0	2	33	1	34
Felgueiras	4	1	5	3	0	3	39	4	43
Lousada	4		4	9	0	9	88	5	93
Marco de Canaveses	8	0	8	9	2	11	73	11	84
Paços de Ferreira	5	3	8	9	1	10	164	13	177
Penafiel	8	1	9	12	2	14	129	10	139
Resende	0	0	0	2	0	2	6		6
Total	8	5	**42**	61	7	**68**	640	49	**689**

Fonte: SICAD- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
Nota: Os dados do quadro reportam-se à fontes oficiais mas segundo dados apurados pelas estruturas locais os valores de utentes em tratamento são superiores (p.e., Resende tem diagnosticado 200 indivíduos com problemas ligados ao álcool).

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Na perspetiva da sincronização com os instrumentos de financiamento de políticas, nomeadamente o POISE, convém destacar os termos previstos na teoria da programação e que podem ser alvo de candidatura pelo sistema de atores do Tâmega e Sousa nesta matéria.

Segundo o documento do POISE, estão previstas tipologias de ação para a diversificação das respostas sociais e de saúde em função de necessidades emergentes ou que se reforçaram por via da evolução do país, designadamente em matéria demográfica, com o envelhecimento populacional, na base e topo da pirâmide etária, bem como pela concentração da população nos centros urbanos e, em particular, no litoral do território continental, apelando a soluções inovadoras, financeiramente sustentáveis e envolvendo múltiplos atores para, num contexto de severas restrições à despesa pública, assegurar não só essas respostas, como a qualidade das mesmas.

No caso do PO Norte estão previstos investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Por último, importa considerar a área de financiamento à Inovação social e cooperação transnacional[9] que se encontra consagrada no POISE, a qual atende à multidimensionalidade e, consequentemente, à complexidade dos fatores ligados à Saúde mental e à promoção de mais e melhor acesso a serviços sociais e de saúde com o estímulo a ações de cooperação transnacional.

[9] Nomeadamente ao nível de sub-regiões semelhantes de outros países, onde se pode pensar uma ação concertada, nomeadamente ao nível da partilha de experiências de intervenção.

Dimensão problema:

- *População em risco de exclusão/pobreza e grupos desfavorecidos*

A pobreza e a exclusão social assumem formas complexas e multidimensionais exigindo, por tal, estratégias integradas e multissetoriais, nomeadamente a diferentes níveis e com intervenção de diversos atores. Sendo um fenómeno generalizado nas sociedades atuais, a pobreza tem dado origem a uma vasta literatura sobre o tema, pondo em destaque a sua variabilidade e abrangência espacial e temporal e as suas dificuldades de definição e quantificação. A este propósito, refira-se um trabalho recente produzido pela ESPON[10] que de uma forma muito clara põe em evidência as semelhanças e diferenças na leitura da pobreza e exclusão social (quer do ponto de vista do discurso, como das opções políticas) num grupo de países da U.E., enfatizando, dessa forma, a natureza normativa das abordagens sobre a pobreza/exclusão social.

Nesta perspetiva, a exclusão social configura-se como um fenómeno multidimensional, onde coexistem fenómenos sociais diferenciados, como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Com efeito, os referenciais internacionais e nacionais da Política de Coesão rejeitam uma visão estrita associada à falta de acesso a recursos materiais. Contudo, tal não significa menosprezar essa dimensão, nomeadamente no que respeita aos rendimentos. De facto, a comparação da proporção do rendimento ("share" na literatura anglo-saxónica) permite a construção de indicadores simples e de fácil comparação, pelo que este tipo de índices (baseados no rácio entre os "shares" de diferentes percentis da distribuição de rendimento) estão hoje igualmente consagrados nos indicadores de referência da U.E., nomeadamente nos indicadores-chave da Política de Coesão e da Estratégia Europa 2020. Também a leitura do indicador relativo à Taxa de risco de pobreza não pode ser dissociada da distribuição dos rendimentos, na medida em que se refere à proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano, por adulto equivalente.

No que incide sobre o apoio a um rendimento adequado, reconhece-se já no Acordo de Parceria (Portugal 2020) que é prioritário favorecer a melhoria de rendimento, garantindo recursos mínimos e a satisfação de necessidades básicas, visando tomar um conjunto de medidas com impacto na redução dos níveis de pobreza monetária e de privação dos agregados mais vulneráveis, como as famílias com crianças, em particular as expostas ao desemprego e as famílias numerosas, os agregados com adultos em idade ativa desempregados, os idosos, além de grupos específicos como as pessoas com deficiências e/ou incapacidades, os imigrantes, as comunidades ciganas e as restantes minorias étnicas, as pessoas sem-abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e dependências entre outros, que dispõem de menores rendimentos, de redes de apoio informal mais frágeis e/ou que experienciam dificuldades acrescidas no acesso e na integração no mercado de trabalho e/ou em atividades socialmente úteis.

Sem perder de vista a ligação aos referenciais europeus, importa entrar também em linha de conta com as conclusões dos trabalhos dedicados ao estudo do fenómeno da pobreza e exclusão social em Portugal. Sem preocupações de exaustividade, destacam-se desde já algumas evidências relevantes que remetem para dimensões-críticas a contemplar no leque de indicadores a recolher:

- A dimensão territorial apresenta-se, ainda, como um elemento diferenciador da pobreza em Portugal: a incidência da pobreza diminui à medida que a densidade populacional aumenta; no meio rural, a incidência da pobreza é consideravelmente maior relativamente às áreas mais urbanizadas, o que se deve em parte ao elevado grau de envelhecimento populacional de algumas zonas de baixa intensidade;

[10] ESPON (2012). TIPS-The Territorial Dimension of Poverty and Social Exclusion in Europe.

- Verifica-se uma polarização etária da incidência da pobreza: maior concentração da pobreza incide no grupo da população idosa, seguindo-se o grupo dos mais jovens;
- Existe uma correspondência entre pobreza e o tipo de agregado familiar: de um modo geral, verifica-se maior vulnerabilidade dos agregados isolados (uma pessoa) e dos agregados de maior dimensão; acresce que nos anos mais recentes tem, aparentemente, aumentado a incidência em famílias clássicas (casal com filhos) com baixa intensidade laboral;
- Verifica-se uma elevada percentagem de incidência de pobreza no grupo dos trabalhadores por conta de outrem, o que implica considerar a relação entre a pobreza e o trabalho, nomeadamente a emergência de problemáticas "novas", como seja o caso dos *working poors*.

Não obstante a existência de um vasto conjunto de evidências (pensionistas, valor de pensões, grupos desfavorecidos,…) presentes nos diversos diagnósticos produzidos quer pelas redes sociais, quer pelos levantamentos de nível estratégico sub-regional em curso, destaca-se aqui para efeitos de ilustração da magnitude dos casos de risco de exclusão e pobreza, o peso dos beneficiários do RSI. Assim, não se considera fundamental replicar o vasto conjunto de informação disponível nesta matéria, mas antes refletir sobre o modelo de soluções estratégicas que nortearam a abordagem do PAPE neste complexo assunto: **inclusão ativa** / **empregabilidade**, **inovação social** e **capacitação dos atores e das Redes Sociais**.

Aliás, no domínio da Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, alguns resultados positivos aconselham a propor medidas de inclusão ativa como soluções estratégicas com maior potencial de eficácia. Nesta lógica, como resposta a alguns dos problemas identificados no território que têm como destinatários grupos em risco de exclusão, é ajustado promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural:

- Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa.
- Aumentar o número de pessoas integradas no mercado de trabalho após a participação nas ações enquadradas.
- Aumentar as competências dos adultos pertencentes a grupos vulneráveis, designadamente em termos de competências básicas (leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa,…).
- Desenvolvimento e experimentação de soluções inovadoras com vista a promover a inclusão social ativa de grupos mais desfavorecidos, envolvendo designadamente diferente regiões menos desenvolvidas do país e, sempre que adequado, parceiros de outros Estados Membros.
- Cooperação supra regional/ supranacional.
- Capacitação do sistema de atores e das organizações/redes sociais

Do ponto de vista da programação do PAPE, a criação de uma Rede Intermunicipal de Inclusão Ativa pretende aprofundar o trabalho desenvolvido pela Plataforma Supraconcelhia da Rede Social e pelas diversas Redes Sociais dos municípios da Região, assentando numa renovada filosofia de intervenção social. Mais uma vez, no quadro de financiamento comunitário que se iniciará em breve, deverão constar um conjunto de candidaturas a tipologias de ação centradas no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e do PO Norte 2020, que por sua vez constituem as melhores soluções estratégicas a incluir no PAPE. Esta opção decorre de modelo de intervenção social assente numa lógica de prevenção e de promoção da cidadania ativa.

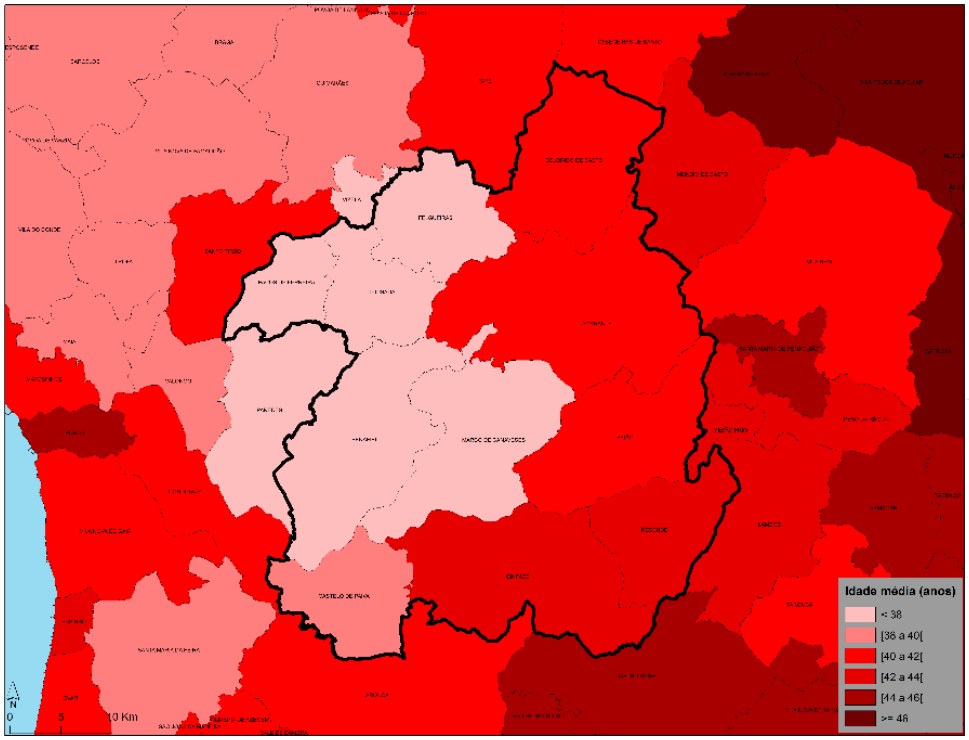
Dimensão problema:

- *Dinâmica demográfica - Envelhecimento / Quebra da natalidade*

Segundo o conjunto de diagnósticos em curso sobre a região, destaca-se como "elemento distintivo" no contexto regional e nacional, a juventude. Ora,

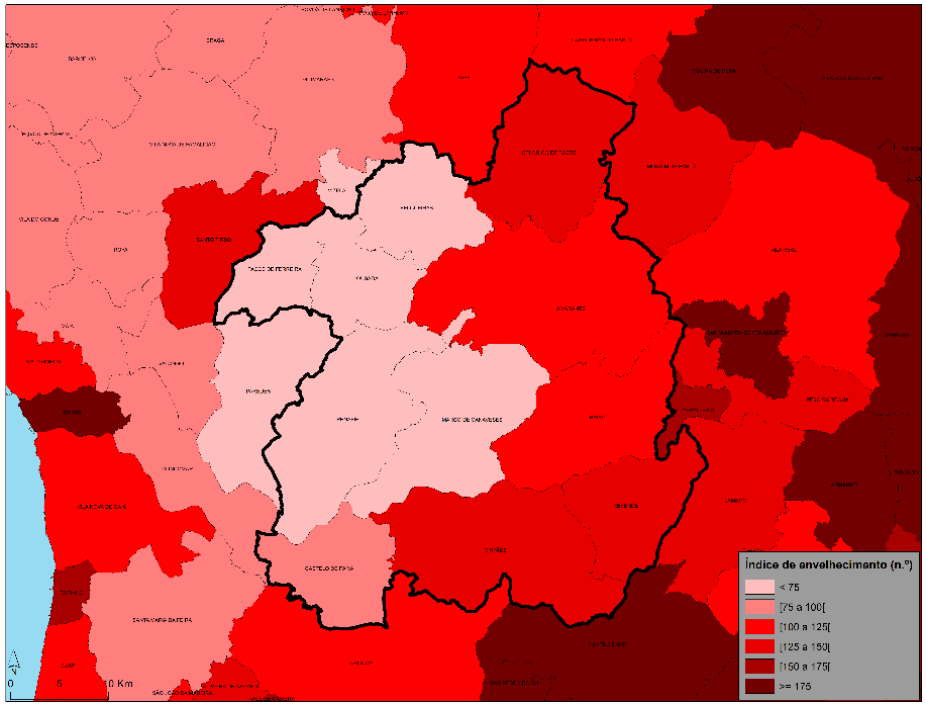
esta oportunidade/potencialidade assume-se como recurso a majorar no âmbito do PAPE, PEDI e outros documentos estratégicos. Os Censos 2011 mostram que a grande maioria dos municípios da região Norte e NUT III, apresenta índices de envelhecimento superiores a 100, ou seja, o número de idosos, nestes municípios é superior ao número de jovens.

Mapa 6. Idade média da população residente (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Mapa 7. Índice de envelhecimento (2011)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

De facto alguns elementos são muito interessantes e podem ser encontrados no PEDI (Caracterização do Tâmega e Sousa- Relatório de trabalho n.1):

- ✓ Idade média na NUT de 39 anos.
- ✓ Índice de dependência de jovens é elevado e superior ao registado no Norte e no conjunto do país (24,9%, sendo 22,3% no Norte e 22,5% em Portugal).
- ✓ Os residentes com mais de 65 anos perfazem 14,2% da população do Tâmega e Sousa (17,1% Norte e 19% no país).
- ✓ Índice de dependência de idosos regista valores de 20%, onde em Portugal se regista 28,8% e 25,2% na Região Norte.
- ✓ Índice de envelhecimento de 82,3%, face aos 113,3 na Região Norte e 127,8 em Portugal.

Contudo, a dinâmica demográfica do Tâmega e Sousa expressa uma dualidade marcada entre os concelhos do Sousa e do Tâmega.

Relativamente à idade média da população residente no território, verifica-se uma dualidade acentuada entre o Tâmega (onde o índice envelhecimento é elevado) (cf., mapa) e o Sousa, onde se registam índices de uma das populações mais jovens portuguesas.

O envelhecimento assume uma pontuação média devido a essa dualidade, ou seja, constitui uma forte dimensão problema nos concelhos do Baixo Tâmega.

Quadro 15. População residente

	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
População residente	432.915 (11,7% RN/4,1% PT)	3.689.682	10.562.178
Idade média	38,5	41,0	41,8
% pop. 0 -14 anos (H/M)	18,0/16,3	16,1/14,2	15,9/13,9
% pop. 15 -24 anos (H/M)	13,8/12,8	12,2/10,9	11,5/10,3
% pop. 25 -64 anos (H/M)	56,0/54,9	59,7/55,8	55,9/54,6
% pop. 65 ou mais anos (H/M)	12,2/15,9	14,9/19,1	16,7/21,2
Índice dependência jovens	24,9	22,3	22,5
Índice dependência idosos	20,5	25,2	22,5
% da pop. em lugares com mais de 2000 hab.	30,6%	60,4%	61,0%

Fonte INE- Anuário estatístico regional Norte (2011)

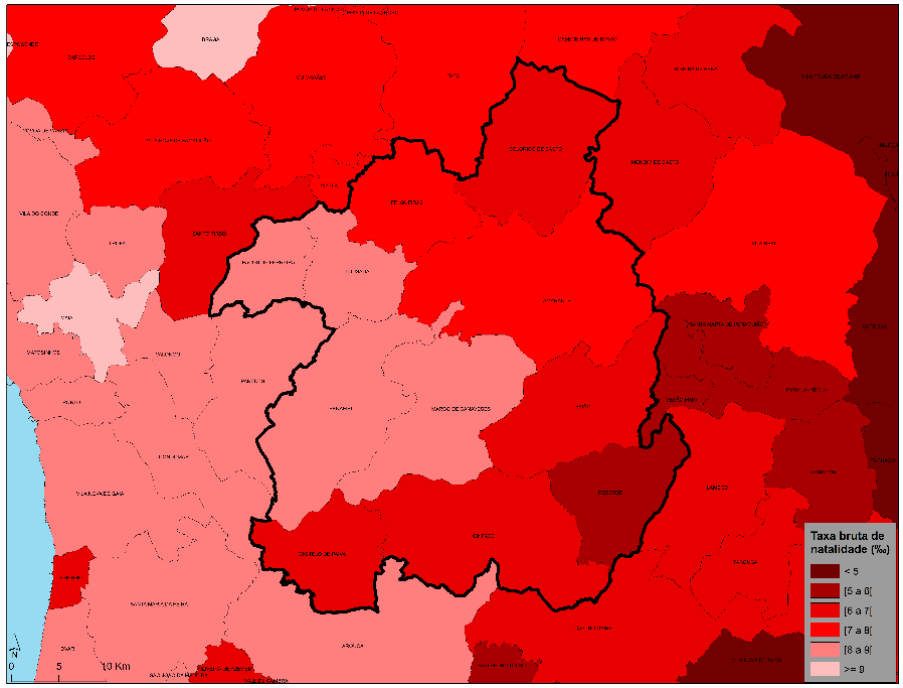
Analisando as dinâmicas intercensitárias percebe-se sem dificuldade que a população da sub-região decresceu (embora sem grande significado relativo), acompanhando a tendência da região Norte. Contudo, estra dinâmica não passa despercebida pelo facto de a região ter registado crescimentos superiores à média nacional nos últimos 2 Censos.

De facto, esta evolução negativa assume nos dias de hoje uma primeira nota de preocupação. Paralelamente às evidências estatísticas ventiladas acima, importa valorizar os resultados dos exercícios de priorização realizados junto dos diversos grupos de *stakeholders* do território, onde a dimensão do envelhecimento e quebra de natalidade se encontram entre as dimensões problema com níveis médios de gravidade e urgência (classificado com recurso à aplicação da metodologia GUT).

Mesmo que esta dimensão não assuma os indicadores alarmantes de outras regiões do território português (como o Alentejo, p.e.) entende-se a importância de conceber o envelhecimento da população no concelho não como uma problemática social em si mesmo, mas encarado como uma oportunidade potenciadora do desenvolvimento social inclusivo na sub-região.

Paralelamente, do ponto de vista da quebra da natalidade, é importante não esquecer a relação desta problemática na articulação com a quebra da natalidade, ambos efeitos diretos da alteração de condições contemporâneas e multifactoriais em presença e com tendência para agravamento.

Mapa 8. Taxa bruta de natalidade (2012)



Fonte: Observatório Intermunicipal Tâmega e Sousa.

Outro aspeto já mencionado e que merece uma boa parte do focus das soluções estratégicas a incluir no PAPE, prende-se com a heterogeneidade dual verificada entre as dinâmicas do Vale do Sousa e do Tâmega. De facto, os concelhos do vale do Sousa são os mais dinâmicos em termos populacionais, sobretudo pela sua população jovem e pelos índices de urbanização, enquanto os concelhos do Baixo Tâmega apresentam tendências de perda populacional, baixa densidade e isolamento, assim como envelhecimento.

Quadro 16. Indicadores demográficos por município (2011)

Concelho	População	% de residentes em lugares com mais de 2000 hab.	Dependência idosos	Envelhecimento
Cinfães	20427	0	32,1	140,3
Resende	11364	21,6	33,8	143,7
Celorico	20098	11,8	28,9	125,3
Baião	20522	11,1	28,2	123,4
Castelo Paiva	16733	45,6	22,6	96,5
Amarante	56264	30,3	23,6	100,9
Marco Canaveses	53450	29,1	18,9	72,6
Penafiel	72265	33,4	18,3	72,6
Lousada	47387	25,7	15,7	59,8
Felgueiras	58065	40,8	18,0	74,2
Paços Ferreira	56340	44,5	15,8	61,1

Fonte INE- Anuário Estatístico Regional Norte (2011)

Analisando este quadro de indicadores, facilmente se percebe a clivagem acentuada entre as duas faixas do território, onde o envelhecimento atinge expressão problemática nos concelhos de Cinfães, Baião, Resende, e Celorico de Basto, a par do crescente isolamento geográfico. De facto, nestes concelhos e especialmente em Cinfães, esta situação apresenta uma tendência extrema.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

Do ponto de vista da ligação entre este panorama e as soluções estratégicas a inscrever no PAPE, sinaliza-se uma especial importância da mobilização de candidaturas ao Programa Operacional temático Inclusão Social e Emprego, nomeadamente à Prioridade de investimento Envelhecimento ativo e saudável.

Por outro lado, tendo em conta as perspetivas de *mainstreaming* horizontal que podem ser potencializadas, ou seja, boas práticas que são realizados por alguns territórios que podem constituir aplicação e disseminação em toda a sub-região. Nessa lógica, identifica-se o "Movimento Sénior" operacionalizado no concelho de Lousada.

Dimensão problema:

- *Economia Social e Empreendedorismo Social*

O Plano de Ação Empreendedorismo 2020 - publicado pela Comissão Europeia em Setembro de 2013 - reconhece que o empreendedorismo é um poderoso e manifesto condutor de crescimento económico e criação de emprego. Com um pano de fundo de 25 milhões de desempregados e a consciência de que novas empresas, especialmente PME, são uma fonte importante de emprego, o desafio passa então por reacender a chama do espírito empreendedor Europeu - incluindo as matérias da inclusão e assegurando o bem-estar social.

A discussão em torno das dimensões conceptuais e teóricas sobre os temas da Economia Social, Empresas Sociais e Empreendedorismo Social parece enfermar da habitual confusão semântica em larga escala.

O documento chave da Comissão Europeia "*Social Business Initiative - Creating a favourable climate for social enterprises, key stakeholders in the social economy and innovation {SEC(2011) 1278 final}*" [11] constitui uma referência muito importante a considerar no PAPE, sobretudo porque delimita um conjunto de definições internacionais do que pode constituir um projeto de economia social. Do ponto de vista conceptual, o termo não está isento de discussão. Contudo, é importante o entendimento da Comissão Europeia nesta matéria {SEC(2011) 1278 final}, a qual utiliza o termo " empresa social " para cobrir os seguintes tipos de negócio:

- aqueles para os quais o objetivo social ou da sociedade é a razão para a atividade comercial, muitas vezes sob a forma de alto nível de inovação social;
- aqueles em que os lucros são reinvestidos, principalmente, com vista a alcançar objetivos sociais e cujo método de organização utiliza princípios de gestão democrática ou participativa;
- empresas que prestam serviços sociais e/ou bens e serviços a pessoas vulneráveis (acesso à habitação, cuidados de saúde, ajuda às pessoas idosas ou portadoras de deficiência, inclusão de grupos vulneráveis, cuidar das crianças, o acesso ao emprego e formação, etc.);
- empresas com um método de produção de bens ou serviços com um objetivo social (integração social e profissional através do acesso ao emprego para pessoas desfavorecidas), mas cuja atividade pode estar fora do domínio do fornecimento de bens ou serviços sociais.

Já em 2009, a Comissão Europeia estudava a participação da população envolvida no empreendedorismo social. Cerca de uma em cada quatro empresas fundadas na Europa seria, portanto, um empreendimento social. Este número sobe para uma em cada três na Bélgica, Finlândia e França[12].

Alguns exemplos de projetos de Empreendedorismo Social

- Em Itália, um centro médico presta assistência especializada de alto nível, incluindo a mediação cultural, particularmente em áreas mal servidas pelos serviços públicos, com particular destaque para as pessoas em situações socio-económicas frágeis (como imigrantes).
- Na Roménia, uma empresa com cinco funcionários e 5 voluntários vem trabalhando desde 1996 para fornecer serviços culturais na língua romena para pessoas cegas, por via de meios de comunicação adaptados (livros, especialmente de áudio e filmes adaptados) (para um número estimado de 90 mil pessoas).
- Na França, uma empresa lançou um conceito inovador de serviços de lavagem de carros sem água, em 2004, com recurso a produtos biodegradáveis e contratação de pessoal não qualificado ou marginalizados, a fim de reintegrá-los no mercado de trabalho.

[11] European Commission Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions COM-Social Business Initiative Creating a favorable climate for social enterprises, key stakeholders in the social economy and innovation {SEC(2011) 1278 final} Brussels, 25.10.2011

[12] Terjesen, S., Lepoutre, J. , Justo, R. and Bosma, N. 2011. Global Entrepreneurship Monitor Report on Social Entrepreneurship.
http://www.gemconsortium.org/about.aspx?page=pub_gem_special_topic_reports

- Na Hungria, um restaurante emprega funcionários com deficiência (40 funcionários).
- Na Holanda, a empresa ensina a ler usando ferramentas digitais inovadoras. Este método é particularmente adequado para crianças hiperativas ou autistas, mas também pode ser usado para as pessoas analfabetas e imigrantes.
- Na Polónia, uma cooperativa social que inclui duas associações de desempregados de longa duração e pessoas com deficiência fornece uma variedade de serviços: serviços de catering e alimentos, empregos na pequena construção e artesanato e promoção da empregabilidade para pessoas desfavorecidas.

Contudo, sobre empreendedorismo social, o panorama da informação em Portugal é menos esclarecedor. Na verdade, não existe informação diagnóstica sobre quem são os empreendedores sociais portugueses, o que fazem e com que meios, ou em que sectores atuam. Nesta lógica, a sistematização dá no período atual os primeiros passos no sistema estatístico nacional, designadamente através de alguns projetos ad-hoc como o MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (desenvolvido pelo IES – Social Business School e pelo IPAV – Instituto Padre António Vieira). Na verdade, o Instituto Nacional de Estatística é a fonte principal de dados sobre o assunto sendo que outras bases podem ser referidas como importante fonte de informação sobre a temática. Na sequência, aborda-se a atividade empreendedora em Portugal onde diversos peritos referem que o nível de empreendedorismo é limitado pela cultura nacional, na medida em que a população portuguesa é bastante relutante ao risco. Na verdade, o peso cultural da aversão ao risco, o medo social da falência e a recusa no desenvolvimento de carreiras pessoais independentes, prevalece.

Não obstante as reflexões preliminares, entende-se que o empreendedorismo social e o desenvolvimento da economia social seja uma matéria a ter em conta no PAPE, pois são ilimitadas as perspetivas de empregabilidade associadas ao mesmo[13]. Adicionalmente, também o PEDI, na sua estrutura de domínios estratégicos, consagra o empreendedorismo social e a economia social como áreas de ação nos próximos anos, designadamente no âmbito dos domínios 3 - *Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa* e 6 - *Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial*.

Perspetivas e Instrumentos de financiamento

A Comissão propôs a introdução de uma prioridade de investimento para "empresas sociais" nos regulamentos FEDER e FSE a partir de 2014, a fim de fornecer uma base jurídica clara e permitir que os Estados-Membros e as regiões incluam atividades específicas no seu FSE e programas do FEDER para o período 2014-2020, pelo que estão previstas prioridades de investimento associados ao empreendedorismo social nos diversos Programas Operacionais (temáticos e regionais).

Do ponto de vista das prioridades de investimento FEEI 2014-2020, esta matéria é inscrita nos documentos de programação como solução fundamental para ultrapassar alguns problemas do país, nomeadamente algumas prioridades de investimento do POISE dedicado à Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.

É nesta lógica que o PAPE propõe um espectro de projetos e atividades centradas em dois objetivos prioritários:

- A melhoria da capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social (na perspetiva da capacitação).
- O apoio à instalação de projetos de empreendedorismo social.

[13] Pretende-se, igualmente, que as soluções estratégicas inscritas no PAPE sejam complementares com o documento produzido pelo CETS (Conselho empresarial do Tâmega e Sousa) - Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo do Tâmega e Sousa - 2014/2015.

Dimensão problema:

- *Violência doméstica/Crianças e jovens em risco*

A violência doméstica constitui no território português um fenómeno com expressão crescente e preocupante. Tendo em conta os dados estatísticos da APAV no seu Relatório Anual de 2013, destaca-se uma subida expressiva dos atendimentos de 22.747 casos em 2012 para quase o dobro em 2013 (37.222). Neste período, 11.800 processos de apoio foram desenvolvidos, 8.733 a vítimas diretas. A categoria dos crimes de violência doméstica representa 84,2% do total de crimes relatados pelas vítimas em 2013.

Fonte: Estatísticas APAV, Relatório anual 2013.

Tal como inscrito no Relatório citado, considerando o vasto leque de crimes que estão incluídos nesta categoria, é de realçar a percentagem significativa que assumem os maus tratos psíquicos (36,8%) e os maus tratos físicos (26,9%), cuja soma perfaz 63,7% dos crimes de violência doméstica em sentido estrito. Dos crimes de violência doméstica em sentido lato, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime mais vezes relatado, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7%) e de dano (0,6%).

Mesmo não havendo acesso a informação estatística desagregada por NUT III, é possível evidenciar a partir de alguns diagnósticos sociais atualizados (p.e., Amarante e Baião) que este fenómeno encerra em si algumas preocupações e que se configura interdependente de outras dimensões-problema sociais de contornos multidimensionais, como o desemprego e a baixa qualificação. A este propósito, as percentagens do nível de habilitações literárias das vítimas de violência doméstica que recorreram ao Gabinete Bem-me-quer (concelho de Amarante) distribuem-se da seguinte forma: 45,5% possuem o 1º ciclo do ensino básico; 25,6% possuem o 2º ciclo do ensino básico; 16% possuem o 3º ciclo do ensino básico; 6,1% possuem o ensino secundário; 5,5% possuem menos de 4 anos de escolaridade (88,2% sexo feminino); e, por último, 1,3% possuem um curso superior. No que concerne à situação face ao emprego, aquando a entrada no Gabinete Bem-me-quer, 65,7% das vítimas encontravam-se desempregadas.

O concelho de Amarante, consciente da gravidade que o problema da violência doméstica criou, desde Novembro de 2006, um Gabinete de Informação e Apoio a Vítimas de Violência Doméstica denominado Bem-me-quer. Este gabinete surgiu no âmbito do Projeto Reforçar a Inclusão – Progride II, promovido pela Câmara Municipal de Amarante e pelo Infantário-Creche "O Miúdo". Posteriormente, entre janeiro de 2010 a março de 2012 foi dinamizado pelo Projeto TEIA (Contratos Locais de Desenvolvimento Social), mantendo-se as entidades promotoras anteriormente referenciadas.

A definição do processo de apoio é efetuada de uma forma personalizada, estruturado em diferentes fases, atuando em diferentes esferas, designadamente psicológico, emocional, social e jurídica.

No período de novembro de 2006 a dezembro de 2012, compareceram ao Gabinete Bem-me-quer 409 vítimas de violência doméstica.

Paralelamente, no que diz respeito à situação das crianças e jovens em risco, os dados dos relatórios de atividades da CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens entre 2010 e 2012 e os dados relativos a 2013, verifica-se que o volume processual global tem aumentado significativamente. Segundo a CPCJ de Baião, verifica-se que entre 2010 e 2013:

- o alcoolismo e a violência doméstica estão considerados como os contextos de risco mais proeminentes nos agregados familiares;

- os Processos de Promoção e Proteção (PPP) que abrangeram crianças entre os 0 e os 5 anos, foram diminuindo. No mesmo período, os PPP que abrangeram crianças entre os 6 e os 10 anos aumentaram;
- os PPP que abrangeram jovens entre os 11 e os 21 anos mantiveram-se em valores absolutos elevados e superiores a todos os outros grupos etários;
- as crianças e jovens acompanhados vivem predominantemente com os seus pais biológicos;
- o alcoolismo e a toxicodependência, seguidos de outras perturbações do foro psicológico e psiquiátrico foram os problemas de saúde mais comumente identificados nos agregados familiares;
- o trabalho como fonte de rendimento foi diminuindo ao longo do tempo e aumentando quer o rendimento proveniente das prestações sociais, quer as situações de ausência total de rendimentos económicos;
- o 1º ciclo completo é o nível de escolaridade possuído pela maioria dos elementos adultos das famílias acompanhadas.

Neste contexto e tendo em conta que esta dimensão problema foi identificada pelos atores do Tâmega e Sousa com alguma preocupação, decidiu-se pela inclusão desta área problema no PAPE. As soluções estratégicas definidas no Plano de Ação expressam um conjunto de respostas a lacunas existentes nesta matéria e congregam quatro principais tipos de projetos, tais como a Sinalização e diagnóstico, as medidas de apoio, a prevenção e a capacitação dos atores para a qualificação das respostas.

PARTE III – PLANO DE AÇÃO

Como explicitado no enquadramento metodológico deste Documento, a situação que dá origem à definição de prioridades é a base de qualquer modelo lógico, quer dos recursos a mobilizar, das atividades/projetos a desenvolver, das realizações consequentes das atividades e dos seus resultados diretos. Esta perspetiva fundamenta o modelo de organização deste Documento, o qual explora em profundidade os elementos de diagnóstico que estabelecem o ponto de partida dos principais problemas do território, conforme foi apresentado nos capítulos anteriores.

Assim, tendo em conta as características específicas dos problemas e prioridades do território, procede-se neste Capitulo à apresentação das soluções estratégicas encontradas para responder às principais dimensões-problema, num formato que respeita a estrutura de modelo lógico em que assenta a metodologia de estruturação do Plano de Ação deste PDS.

No essencial, as partes constituintes do Plano de Ação recuperam os elementos de reflexão emanados dos processos participativos realizados, os quais foram posteriormente organizados, tanto na perspetiva da sua pertinência (nomeadamente tendo em conta o seu enquadramento face às principais prioridades de investimento previstas nos instrumentos de financiamento do próximo Quadro Comunitário), como de incorporação de elementos de inovação (p.e., com base no *benchmarking* de experiências de outros contextos).

CAPITAL HUMANO

Dimensão-Problema: Abandono Escolar Precoce no Ensino Secundário

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Taxas brutas de escolarização no ensino secundário abaixo dos 100% em alguns concelhos (Baião, Cinfães, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, segundo dados de 2011-2012)	Apostar no combate ao abandono escolar precoce, no nível secundário de ensino	Implementação de um mecanismo integrado de orientação vocacional (a partir do *mainstreaming* horizontal de experiências de sucesso (p.e., Projeto DICAS)[1]	Grupo de trabalho Educação-Formação CQEP, Psicólogos e técnicos de psicologia das escolas básicas e secundárias		**X**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	
		Operacionalização dos cursos de dupla certificação de nível secundário identificados no Plano Diretor da Oferta Formativa	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação			**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	
		Operacionalização de apoios à ação social escolar através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Operadores de Educação - Formação				**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**
		Criação da figura de "Aluno Tutor / Conselheiro" para apoiar alunos em risco de abandono escolar e promover o sucesso educativo	Operadores de Educação – Formação		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	
Proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos de idade sem ensino secundário completo –	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Rede para o Sucesso Educativo: projeto educativo intermunicipal de prevenção do abandono e promoção do sucesso educativo, que vise: > Apoiar o funcionamento de equipas multidisciplinares dedicadas ao combate ao abandono e insucesso escolar e à promoção do prosseguimento de estudos;	Psicólogos Regionais Autarquias Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação – Formação Entidades com competências para intervir com as	**X**	**X**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**

50,37% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 60,80%]		> Capacitar os professores através da partilha de experiências; > Sensibilizar a comunidade para a importância da escola; - Promover a participação dos pais na vida escolar/acompanhamento parental.	famílias (CPCJ, Misericórdias, IPSS,...) Redes Sociais															

Dimensão-problema: Insucesso escolar

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo do Ensino Básico em 2011/2012: 14,51% [NUT Tâmega (15 municípios) = 15,3%; PT= 15,6%] Taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário em 2011/2012: 16,07% (cálculo a partir das	Reforçar as intervenções orientadas à melhoria do sucesso educativo dos alunos	Operacionalização de apoios a alunos com necessidades educativas especiais através dos mecanismos de financiamento previstos nos FEEI	Operadores de Educação - Formação		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**		
		Operacionalização da oferta de ensino recorrente (regime noturno) como estratégia de recuperação de jovens e adultos que abandonaram o sistema de educação-formação sem concluir o nível secundário de ensino.	Operadores de Educação - Formação			**1**	**1**	**1**	**1**			**1**		**1**	**1**	
	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Conceção e implementação do Modelo de formação (objetivos, conteúdos e práticas de formação) destinado aos técnicos da "Rede para o Sucesso Educativo" (desenvolvimento de práticas colaborativas e partilha de experiências orientadas para a melhoria dos modelos	Equipa de Psicólogos Regionais Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação - Formação		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**		**1**		**1**	**1**	

estatística da DGEEC) [PT= 20,01%] Desempenho mediano dos alunos das Escolas da Região nos concursos de acesso ao Ensino Superior		pedagógicos dos professores,...).																

Dimensão-problema: Baixos níveis de escolarização da população em idade ativa

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Proporção da população com 15-64 anos que possui apenas 1.º ciclo do EB ou não tem nenhum nível de escolaridade completo – 35,70% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 24,58%]	Promover estratégias de qualificação da população adulta com baixas qualificações	Operacionalização de cursos de dupla certificação para adultos empregados e desempregados com baixas qualificações, privilegiando as áreas identificadas no Plano Diretor da Oferta Formativa	IEFP, CQEP, Operadores de Educação-Formação, Grupo de trabalho Educação-Formação, Empresas			**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
		Projeto de alfabetização de desempregados [em articulação com Envelhecimento Ativo/secção Capital Inclusivo]	Escolas, IEFP, Voluntários		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	
	Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Protocolo com Empresas para a regulamentação e promoção de incentivos ao encaminhamento de trabalhadores/ desempregados para formação profissional, privilegiando a formação técnica especializada nas fileiras-chave e de acordo com as necessidades da empresa.	Grupo de trabalho Educação- Formação/ IEFP Conselho Empresarial T&S Empresários	**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**			**1**	**1**	**1**

Dimensão-problema: Baixa proporção da população com habilitações equivalentes ao Ensino Superior

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Taxa de escolarização no ensino superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos) - 5,8% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 32,2%] Proporção da população residente com ensino superior completo – 6,7% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT= 15,11%] Proporção da população empregada com ensino superior – 11,6% (dados INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios)	Promover a continuidade das trajetórias académicas do Ensino Secundário para o Ensino Superior	Plano de Comunicação para a Valorização do Ensino Superior incluindo (i) divulgação de modalidades de acesso menos conhecidas (TeSP de nível 5, Maiores de 23; frequência de unidades curriculares isoladas,…) e (ii) divulgação de medidas de apoio à contratação de diplomados.	Instituições de Ensino Superior, Operadores de Educação – Formação, Autarquias	**X**			**1**	**1**	**1**	**1**				**1**		
	Promover o investimento da qualificação da população adulta empregada em áreas técnicas especializadas	Protocolo entre Instituições de ensino superior e empresas, com vista à realização de formação superior especializada (à medida) e como medida de incentivo à contratação de pessoal especializado	Instituições de Ensino Superior Empresas	**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		
		Mobilização de empresários representantes das várias fileiras-chave para a discussão da proposta do Plano Diretor da Oferta Formativa.	Grupo de trabalho Educação-Formação Conselho Empresarial T&S Empresas	**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	

[PT= 25,75%]																

Dimensão-problema: Articulação da oferta de educação-formação existente

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Sobreposição da oferta entre operadores na Região (aprofundado na componente específica do PAPE relativa à análise da oferta formativa) Fragilidades na articulação entre os mecanismos regionais e centrais de planeamento da oferta Desfasamento entre ofertas de emprego e mão-de-obra disponível	Implementar/ melhorar os mecanismos de informação e orientação vocacional	Plano de Marketing das Profissões com vista a potenciar a valorização social de profissões/fileiras-chave do T&S	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação-Formação Autarquias Conselho Empresarial T&S Empresas	**X**		**1**	**1**		**1**	**1**			**1**	**1**		
		Sistema de informação da oferta formativa e ofertas de emprego, que sirva de suporte às atividades de orientação vocacional e à definição do Plano Diretor da Oferta Formativa [2]	A definir pelo Comité de Pilotagem	**X**		**1**	**1**	**1**		**1**				**1**	**1**	
	Melhorar a capacidade de planeamento e funcionamento da rede da oferta de formação	Diagnóstico de necessidades de formação regional (condição de suporte para a elaboração do Plano Diretor da Oferta Formativa)	A definir pelo Comité de Pilotagem	**X**		**1**	**1**			**1**				**1**	**1**	
		Plano Diretor da Oferta Formativa e contratualização das suas diretrizes com os operadores regionais	A definir pelo Comité de Pilotagem	**X**			**1**	**1**		**1**				**1**	**1**	

EMPREGO

Dimensão-problema: Desemprego

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Taxa de desemprego em 2012 – 18,10% (Dados CIM, fonte IEFP; dados para o Tâmega e Sousa) Taxa de desemprego em Janeiro de 2014 - 15,39% (Dados do IEFP – número de desempregados / dados do INE de 2011 – população ativa * 100) (dados para o Tâmega e Sousa) [PT= 13,33%] Em alguns concelhos do Tâmega a taxa de desemprego ascende a mais de 20%.	Reforçar a capacidade das estruturas e mecanismos de apoio ao emprego	Organização da Feira do Emprego do T&S, focada na promoção dos recursos endógenos e do potencial de criação de emprego associado	Grupo de trabalho Educação- Formação Operadores de Educação-Formação, IEFP/GIP	**X**	**X**		**1**			**1**			**1**	**1**	**1**	
	Apoiar estratégias orientadas para a reintegração dos ativos desempregados no mercado de trabalho	Criação de um Modelo de Estágios destinados a DLD de níveis etários elevados, alicerçado nas fileiras-chave do T&S	IEFP/GIP Associações empresariais	**X**			**1**		**1**	**1**	**1**		**1**	**1**		
		Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a Programas de Incentivos às empresas para a contratação de DLD (Apoios a encargos salariais e não salariais)	IEFP/GIP, Empresas Outros (a definir)				**1**			**1**			**1**	**1**		
		Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas para o desenvolvimento de ações de formação modular certificada dirigida a adultos desempregados (medida "Vida ativa")	IEFP Comissões para a Qualificação Operadores de Educação-Formação		**X**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**			**1**	**1**		

Dimensão-problema: Desemprego

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Apoiar estratégias de criação de emprego	Criação da Rede Regional de Mentores para o aconselhamento de apoio à criação do próprio emprego (via mobilização de voluntários sénior para aconselhamento sobre criação de negócios)	Voluntários séniors IEFP/GIP ADL e outros atores relevantes Entidades da Economia Social	**X**	**X**		**1**	**1**		**1**			**1**			
		Programa de apoio ao empreendedorismo feminino: promoção de ações de tutoria, consultoria e assistência técnica disponibilizadas a mulheres que pretendem criar o próprio emprego	Associações Empresariais Comerciais e Industriais, Entidades da Economia Social				**1**	**1**	**1**				**1**		**1**	**1**

Dimensão-problema: Desemprego jovem

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Taxa de desemprego jovem em Janeiro de 2014 - 22,88% (Dados do IEFP – número de desempregados com menos de 25 anos / dados do INE de 2011 – população ativa entre 15 e 24 anos * 100) (dados para o Tâmega e Sousa) [PT= 20,38%]	Melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens	Promoção da divulgação e elaboração de candidaturas a medidas de apoio à inserção profissional de jovens (Vida ativa, Estágios Emprego, estágios do INOV Contacto e Programa de Incentivos para a contratação de jovens), alicerçadas nas fileiras chave do T&S	IEFP/GIP, Grupo de trabalho Educação-Formação, Associações empresariais, Autarquias	**X**	**X**		**1**	**1**		**1**		**1**	**1**	**1**		
		Estágio Premium - sistema de premiação do mérito escolar com estágios em empresas de qualidade reconhecida	IEFP/GIP Operadores de Educação - Formação Empresas	**X**	**X**		**1**	**1**		**1**			**1**		**1**	**1**
	Estimular o empreendedorismo jovem	Concurso de projetos educativos: projetos para a promoção da autonomia e da criatividade	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação-Formação		**X**	**1**	**1**	**1**		**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
	Capacitar o sistema de atores e as organizações	Criação de uma oficina de formação de professores centrada na reflexão acerca das experiências de "educação para o empreendedorismo" (em marcha em algumas escolas dos concelhos da CIM) com vista a debater boas práticas;	Grupo de trabalho Educação-Formação Operadores de Educação-Formação				**1**	**1**		**1**			**1**	**1**		**1**

		Protocolo com o IPP (ou outra Instituição de Ensino Superior) para a promoção de um Curso de Especialização Tecnológica sobre empreendedorismo dirigido aos técnicos que intervêm no apoio à criação de emprego.	IES Grupo de trabalho Educação-Formação/ IEFP		**X**		**1**		**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	

CAPITAL INCLUSIVO

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais"	Sinalizar os casos de Saúde Mental	Diagnóstico supra concelhio (ventilado por patologias específicas)	Municípios FNERDM DGS		**X**		**1**		**1**	**1**	**1**					
Ausência de informação de referência para a intervenção	Sensibilizar e combater o estigma social associado à doença mental	Evento de Partilha de experiências e debate público sobre Saúde mental no T&S (âmbito de iniciativas públicas para debate da Saúde mental abertas às populações)	Municípios FNERDM DGS ACES		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**			**1**		**1**	
Ausência de profissionais especializados e equipas multidisciplinares		Mente aberta - Mude a sua atitude face à doença mental (trabalho nas escolas) Programa de sensibilização nas escolas (Semana da saúde mental)	Redes sociais Municípios FNERDM DGS ACES Escolas		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
Forte estigma social associado à saúde mental		Desenvolvimento de "toolkits" anti-estigma e outros recursos (campanhas de marketing social; Manuais e Recursos; Publicações, Vídeos e Conferências; Jogo de Mitos e realidades; jogos de gestão do stress)	SCML, IPSS, grupos terapêuticos, clínicas DGS FNERDM, ACES				**1**			**1**		**1**	**1**	**1**		

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Criar respostas ao nível da Saúde Mental que permitam assegurar o acesso a serviços de saúde mental de qualidade	Community Mental Health Teams (Coaching funcional) criação de grupos terapêuticos e grupos de inter-ajuda (IPSS)	Redes sociais IPSS, grupos terapêuticos, clínicas		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
		Criação de grupos de trabalho intersectoriais, no seio das Redes Sociais (setores saúde, social, da justiça, da educação e do emprego) para a implementação de programas inovadores que permitam integrar a saúde mental nas restantes respostas das Redes.	Redes sociais		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**		**1**		**1**	**1**	**1**
		Criação de respostas direcionadas à inserção socioprofissional das pessoas com doença mental: (i) Unidade sócio ocupacional (ii) Equipa de apoio domiciliário	DGS Autarquias ACES		**X**		**1**	**1**		**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**
	Capacitar o sistema de atores e as organizações que operam no âmbito da Saúde mental	Formação às famílias /cuidadores como estratégia de melhoria da qualidade do apoio ao doente	DGS FNERDM ACES Redes Sociais		**X**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**
		Criação de uma *task force* (grupo de trabalho) interdisciplinar intersectorial (emprego, saúde, juventude, educação) parta intervenção estruturante no TS.	DGS FNERDM ACES Redes Sociais CIM TS		**X**		**1**			**1**				**1**		

Dimensão-Problema: Saúde mental e dependências

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Sinalizar casos, ventilados por problemas específicos- Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)	Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code)	DGS FNERDM ACES Redes Sociais Autarquias		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**			**1**	**1**	**1**
	Criar respostas para as dependências	Criar Comunidades Terapêuticas locais	DGS IDT ACES Redes Sociais Autarquias				**1**	**1**	**1**	**I**	**1**		**1**	**1**		**1**

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais". Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para estabelecer baselines desta dimensão-problema.	Dinamizar apoios locais de combate à privação económica e exclusão social	Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador	Redes sociais Centros Distritais da Segurança Social Autarquias Plataforma Supraconcelhia IPSS's		**X**		**1**			**1**					**1**	
		Preparação de candidaturas no domínio da aquisição de competências básicas - Ações de formação visam a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas	Autarquias IPSS's ONG's Associações diversas (...)				**1**	**1**	**1**	**1**		**1**		**1**		
	Estimular a inovação e experimentação social	Inclusão social através da cultura: (1) Iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura (através da dinamização de práticas artísticas por e para grupos desfavorecidos); (2) Dinamização de projetos integrados de base cultural de desenvolvimento local (potenciar a experiencia do teatro de oprimido, entre outras experiências).	Autarquias IPSS's ONG's Associações de desenvolvimento cultural Rota do românico (...)			**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**		**1**

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade	Adesão a estratégias de Emprego Apoiado: > Apoios na comparticipação nas despesas de remodelação e/ou adaptação de espaços físicos e/ou aquisição de equipamentos para Centros de Emprego Protegido (a criar); > Comparticipação na retribuição dos trabalhadores com deficiência e nas contribuições para a segurança social pagas pelo empregador; > Contrato de emprego apoiado (apoios a entidades empregadoras para a integração em postos de trabalho na sua organização produtiva ou de prestação de serviços, de pessoas com deficiência, através nomeadamente da comparticipação na respetiva retribuição e nas contribuições para a segurança social.	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)				**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**		**1**
		Apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho: > Apoios à realização de estágios (formação prática em contexto laboral), por pessoas com deficiências desempregadas ou à procura de primeiro emprego. > Apoio a ações que se dirigem a empregadores (comparticipação financeira por pessoa abrangida, bem como um subsídio por colocação. > Acompanhamento pós colocação no sentido de facilitar a sua adaptação às funções a desenvolver e a sua integração no ambiente sócio laboral da empresa.	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)				**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	

		> Apoios aos custos de adaptação do equipamento ou do posto de trabalho às dificuldades funcionais do trabalhador contratado, bem como os custos da eliminação de obstáculos físicos ou barreiras arquitetónicas.														

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Dinamizar intervenções de Inclusão Ativa com vista à empregabilidade (cont.)	Subsídio a produtos de apoio (ajudas técnicas): concessão de um apoio financeiro às pessoas com deficiências e incapacidade para a aquisição, adaptação ou reparação de produtos, dispositivos, equipamentos ou sistemas técnicos de produção especializada ou disponíveis no mercado destinados a prevenir, compensar, atenuar ou neutralizar limitações na atividade ou ao nível do acesso e frequência de ações da formação e da obtenção, manutenção e progressão no emprego.	Autarquias, IPSS's, ONG's, IEFP, (...)		**X**		**1**	**1**		**1**		**1**	**1**	**1**	**1**	
	Cooperação supra regional	Construção do Diagnóstico supra concelhio e modelo de articulação dos Planos de Desenvolvimento social e respetivos Planos de Ação concelhios do TS	Redes Sociais Plataforma Supraconcelhia	**X**	**X**		**1**	**1**	**1**	**1**			**1**		**1**	
		Promoção de projetos de cariz inovador e experimental, de âmbito nacional ou suprarregional, na perspetiva de soluções eficazes e sustentáveis de promoção de inclusão ativa, podendo para o efeito mobilizar parcerias transnacionais, na perspetiva da troca de experiências e de *know-how*.	Centro Distrital da Seg. Social, Redes Sociais, Centro Distrital da Seg. Social		**X**		**1**		**1**	**1**			**1**			

Dimensão – Problema: População em risco/situação de pobreza

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Capacitar o sistema de atores e as organizações - Redes Sociais	Formação-ação baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações	Autarquias Redes Sociais		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**			**1**		**1**	
		Workshops integrados para técnicos das redes sociais (nas áreas onde os níveis de competência são mais baixos e onde a necessidade e importância para a Redes Sociais se faz sentir- cf,. Exercício de capacitação- ("animação de parcerias"; "construção de planos de ação eficazes"; "monitorização estratégica e avaliação de projetos"; "construção de indicadores"; "metodologias participativas"; "métodos e técnicas de planeamento"; "elaboração de candidaturas a programas cofinanciados"; "gestão de conflitos"; "negociação",...)	Autarquias Redes Sociais ISS, I.P.	**X**	**X**	**1**	**1**		**1**	**1**			**1**		**1**	**1**
		Aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g, Social Code)	Autarquias Redes sociais		**X**		**1**		**1**	**1**	**1**		**1**		**1**	

Dimensão – Problema: Envelhecimento

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Índice de envelhecimento em 2011 – 81,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=127,8%] Índice de envelhecimento em 2012 – 86,5 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega – 15 municípios) [PT=131,1%]	Aumentar a permanência na vida ativa de adultos seniores (Envelhecimento ativo)	Criação da figura de guias turísticos seniores "Cicerone sénior no turismo local	Autarquias Rota do românico		**X**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**			**1**			
		Agenda cultural móvel itinerante: Universidade sénior com base em voluntariado sénior destinado ao contacto e qualificação das populações sem qualificações académicas.	Universidades sénior, Autarquias		**X**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**				
		Dinamização de práticas de Envelhecimento ativo no âmbito das Universidades sénior: projeto intermunicipal para estimular frequência das universidades seniores por parte de um público mais diversificado do ponto de vista da escolaridade base.	Universidade sénior		**X**	**1**	**1**		**1**	**1**			**1**			**1**
		Projeto intermunicipal de empreendedorismo social 60+ (mudança de carreira ou desenvolvimento do voluntariado entre os aposentados).	Autarquias CIM		**X**	**1**	**1**			**1**	**1**				**1**	**1**

Dimensão – Problema: Dependência dos idosos

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Índice de dependência de idosos em 2011– 20,5 (dados do INE para a NUTS Tâmega – municípios) [PT=28,8%] Índice de dependência de idosos em 2012– 20,3 (estimativa do INE para a NUTS Tâmega – municípios) [PT=29,40%]	Reduzir os níveis de dependência dos idosos	Banco de ajudas, alicerçado em plataforma intermunicipal para rentabilizar recursos	Autarquias, ISS, I.P.		**X**	**1**	**1**	**1**					**1**	**1**	**1**	
		Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (Desenvolvimento de serviços hospitalares à distância - telemonitorização e acompanhamento do doente)					**1**			**1**			**1**			**1**

Dimensão – Problema: Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Ausência de medidas de promoção da economia social nos PDS e PA das Redes Sociais	Melhorar a capacidade e qualidade de resposta das organizações da economia social	Protocolo regional para o empreendedorismo social	Entidades da economia social		X		1		1	1	1				1	
		Formação-ação das organizações da economia social baseada em métodos participativos e instrumentos estratégicos focados na qualidade dos serviços e sustentabilidade das organizações	Entidades da economia social		X	1	1		1	1	1				1	
		Promover um Fórum sobre Empreendedorismo Social a partir de casos de sucesso em curso no âmbito da intervenção das Redes Sociais (aprendizagem coletiva de exemplos de start-up)	Redes sociais		X	1	1			1					1	
		Formação sobre conceitos chave no âmbito da economia social e uso de instrumentos financeiros	Redes Sociais Plataforma Supraconcelhia IPSSs		X		1	1	1	1	1		1		1	1
	Apoiar a instalação de projetos de empreeendedorismo social	Divulgação do potencial de apropriação pelas diversas entidades públicas e privadas (sectores do calçado e têxtil, onde se verifica maior urgência em intervenções de responsabilidade social – mobilizando associações profissionais e divulgar bons exemplos existentes na indústria)	Conselho Nacional para a Economia Social CIM CETS Associações empresariais (...)	X	X		1			1			1		1	
		Criação de selos/certificação de responsabilidade social em empresas como fator de	Conselho Nacional para a Economia Social	X	X	1	1			1			1		1	

		competitividade empresarial e económica.	CIM CETS Associações empresariais (...)													

Dimensão – Problema: Fragilidades na dinâmica da Economia Social e urgência de desenvolvimento da mesma

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	(cont.)	Plataforma intermunicipal em formato gabinete para capacitar empresários da economia social. Preparação e negociação de formação pós graduada em Economia Social (modelo universidade na empresa).	Conselho Nacional Para a Economia Social CETS Associações empresariais Universidade Católica Porto		**X**		**1**			**1**					**1**	

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais". Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para	Sinalizar e diagnosticar os casos de violência doméstica	Elaborar um trabalho de sinalização e, com base em sistema de informação (Social Code) que permita registar os casos sinalizados e cruzada entre entidades da rede social e interconcelhio.	Redes sociais APAV Autarquias Forças de Segurança		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**				**1**		
		Diagnóstico dos fatores motivadores da violência doméstica (evidências das característica dos agressores-escolaridade, situação perante o trabalho, saúde mental, ...)	Redes sociais APAV Autarquias ACES		**X**	**1**		**1**	**1**	**1**				**1**		

estabelecer baselines desta dimensão-problema.																

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
Dimensão-problema priorizada pelo Grupo de Trabalho "Redes Sociais". Na base de indicadores em anexo é possível selecionar alguns indicadores considerados mais relevantes para estabelecer baselines desta dimensão-problema.	Apoiar as vítimas de violência doméstica	Rede de IPSS supraconcelhia que possibilite soluções de emergência (rede de parceria entre instituições)	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		**X**		**1**	**1**	**1**	**1**	**1**		**1**	**1**	**1**	
		Evento de partilha de experiências e disseminação de boas práticas para o acolhimento intermunicipal de intervenções concelhias consideradas de efeito estruturante e inovador.	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's		**X**		**1**	**1**		**1**				**1**	**1**	
	Prevenir a violência doméstica	Ações de qualificação dos agressores	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's				**1**	**1**		**1**				**1**		
		Constituição de resposta de intervenção integrada com agressores	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's			**1**	**1**	**1**		**1**			**1**	**1**	**1**	
		Ações de sensibilização (sociodrama) baseadas no elemento de violência de género na juventude (p.e., violência no namoro).	Autarquias APAV Redes Sociais IPSS's			**1**		**1**	**1**	**1**			**1**	**1**		

Dimensão – Problema: Diagnóstico Violência doméstica

Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Parceiros	Âncora	PDS Supra	AM	B	CP	CB	CF	FG	LS	MC	PF	PN	RS
(cont.)	Sinalização integrada (interconcelhia) dos jovens e crianças em risco	Aquisição de aplicação informática para gestão de casos e processos das equipas da Rede Social (e.g., Social Code)	Autarquias CPCJ		**X**		**1**	**1**		**1**			**1**	**1**		
	Capacitar o sistema de atores e das organizações que operam no âmbito da violência doméstica	Formação/sensibilização dos vários agentes: Forças policiais, técnicos da área social e da área da saúde.	Autarquias Autoridades				**1**	**1**		**1**			**1**	**1**		
		Criação de gabinete de apoio às famílias para potenciar a intervenção familiar e parental numa perspetiva sistémica. Assegurar a mediação familiar para as questões da conflitualidade parental.	CPJC Redes sociais Autarquias			**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	
		Formação das Entidades com competência em matéria de infância e juventude de forma a intensificar a intervenção ao nível da 1.ª linha na prevenção dos maus tratos na infância.	CPJC Redes sociais Autarquias Agrupamentos escolares IPSS's			**1**	**1**	**1**		**1**			**1**	**1**	**1**	

PARTE IV – MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para além destes elementos de Implementação do Plano de Ação, importará associar os elementos de Monitorização estratégica, associados à monitorização e avaliação das várias soluções estratégicas previstas no Plano. De facto, os Planos são essenciais, mas não perfazem uma solução inequívoca para os problemas aos quais desejam responder. Se estes não respondem aos resultados esperados ou se as circunstâncias mudam, então, igualmente, necessitam de revisão. Nesta situação, a monitorização e avaliação são ferramentas preciosas de reflexão, ajustamento e correção. É a partir dessas funções que é possível criar o conhecimento fundamental para apoiar a gestão da implementação do PA, na necessidade de tomadas de decisão sobre as mudanças necessárias nos planos e projetos.

Nesta lógica, importa situar algumas das questões-chave que a monitorização deve procurar responder:

- ✓ Os resultados esperados estão a ser produzidos como planeado e de modo eficiente?
- ✓ Que decisões precisam ser tomadas sobre ajustamentos no trabalho planeado em fases posteriores?
- ✓ Será que o que está planeado continua a ser relevante para a obtenção dos resultados esperados?
- ✓ Quais as aprendizagens que decorrem do que já foi executado?

Tal como a monitorização e acompanhamento, a avaliação é uma parte integrante e uma ferramenta de gestão fundamental de um PA. Contudo, é importante reconhecer que a monitorização e a avaliação não se apresentam como "varinhas mágicas" que resolvem os problemas da ação das Redes. Em si mesmos, eles não são uma solução, mas apenas ferramentas valiosas. Neste sentido, torna-se crucial a existência de valores de referência para as intervenções - *baselines* ou pontos de partida. É a partir destes valores que se devem estruturar as metas (globais e intermédias) a alcançar (e consequentemente os indicadores de monitorização). Neste particular, encontra-se em anexo, um conjunto de indicadores (baselines) de retrato dos diversos concelhos da região em domínios chave da intervenção potencial das redes sociais. Este acervo faz parte de referenciais desenvolvidos para o ISS, I.P. nas matérias em apreço, e que é cedido pelo IESE para este efeito.

A componente da Monitorização Estratégica deverá, desejavelmente, ser desenvolvida no prosseguimento dos trabalhos, sob a coordenação do Observatório do Tâmega e Sousa, e envolvendo necessariamente os atores responsáveis pela sua implementação. Não obstante, a título de exemplo apresenta-se uma estrutura possível do esquema do Plano de Ação, na devida articulação entre as componentes de Implementação e de Monitorização Estratégica.

CAPITAL HUMANO

Dimensão-Problema: Abandono Escolar Precoce no Ensino Secundário

Implementação do PA										Monitorização Estratégica			
Evidências dos constrangimentos	Objetivos estratégicos	Soluções estratégicas: projetos, ações/intervenções, atividades	Destinatários	Recursos	Parceiros	Calendarização	Instrumentos e perspetivas de financiamento			Meta	Indicadores de Recurso	Indicadores de Realização	Indicadores de Resultado
							PO Norte	POCH	POISE				
		•											
		•											
		•											
		•											

ANEXOS

ANEXO 1: Posicionamento dos concelhos perante as dimensões-problema

Matriz 1. Posicionamento das dimensões-problema de Amarante face à NUT T&S

Dimensões-problema	Amarante	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)[14]		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência[15]		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		

[14] Após análise mais aprofundada desta matriz, o Núcleo Executivo considerou ser importante integrar a problemática da habitação social como eixo prioritário de intervenção.

[15] Após análise mais aprofundada desta matriz, o Núcleo Executivo considerou ser importante integrar a problemática da deficiência social como eixo prioritário de intervenção, nomeadamente ao nível da mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência.

Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)[16]		

Matriz 2. Posicionamento das dimensões-problema de Baião face à NUT T&S

	Baião	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		

[16] O Núcleo Executivo considerou que estas medidas de natureza nacional não contribuem, *per si* , para o necessário processo de integração das pessoas socialmente vulneráveis.

Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		

Matriz 3. Posicionamento das dimensões-problema de Castelo de Paiva face à NUT T&S

	Castelo de Paiva	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		

Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 4. Posicionamento das dimensões-problema de Celorico de Basto face à NUT T&S

	Celorico de Basto	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 5. Posicionamento das dimensões-problema de Cinfães face à NUT T&S

	Cinfães	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		

Matriz 6. Posicionamento das dimensões-problema de Felgueiras face à NUT T&S

	Felgueiras	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		

Matriz 7. Posicionamento das dimensões-problema de Lousada face à NUT T&S

	Lousada	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 8. Posicionamento das dimensões-problema de Marco de Canaveses face à NUT T&S

	Marco Canaveses	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 9. Posicionamento das dimensões-problema de Paços de Ferreira face à NUT T&S

	Paços de Ferreira	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...) (Acessibilidade mercado de arrendamento)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		

Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 10. Posicionamento das dimensões-problema de Penafiel face à NUT T&S

	Penafiel	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		
Acessibilidade entre concelhos e inter-freguesias		

Matriz 11. Posicionamento das dimensões-problema de Resende face à NUT T&S

	Resende	NUT T&S
Desemprego da população adulta em idade ativa (incluindo DLD)		
Desemprego total		
Saúde mental		
Dependências (alcoolismo, toxicodependência,...)		
População em risco/situação de pobreza		
Quebra da natalidade		
Desemprego jovem / NEET (Jovens que não têm emprego, não estão a estudar ou não participam em ações de formação)		
Dinâmica empresarial/empreendedorismo		
Endividamento das famílias		
Emigração		
Violência de género		
Lacunas da oferta de educação-formação existente		
Articulação entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho		
Crianças e jovens em risco		
Grau de habilitações da população ativa residente		
Envelhecimento/dependência de idosos		
Desagregação familiar/Relações familiares		
Habitação (sobrelotação/incidência de alojamentos não clássicos,...)		
Insucesso escolar		
Pessoas com deficiência		
Lacunas de respostas de apoio social (RSI, Subsídios de desemprego, apoios sociais,...)		
Prestação de cuidados de saúde básicos e especializados		
Abandono escolar		
Crianças e jovens com necessidades educativas especiais		
Criminalidade		
Lacunas das respostas/serviços sociais de proximidade		
Imigração		
Analfabetismo		
Cobertura do ensino pré-escolar		
Desigualdades de género no acesso ao emprego		
Falta de competências parentais		

ANEXO 2: Indicadores estatísticos em dimensões fundamentais de coesão social

Fonte	Inatividade						Desemprego															
	INE - MSESS	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2001 e 2011	INE - IEFP	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
	Pensionistas / pop. empregada	% pop. sem atividade económica (na pop. 15 ou mais anos)	% de famílias com 3 ou mais pessoas sem nenhuma pessoa ativa	% Mulheres 25-64 anos sem atividade económica face ao total das mulheres de 25-64 anos	% Homens 25-64 anos sem atividade económica face ao total de homens de 25-64 anos	% pop. 15-64 anos sem atividade económica face ao total da pop. de 15-64 anos	Taxa de desemprego (Censo 2011)	taxa de desemprego nos censos - dif. 2011-2001	% desempregados de longa duração (1 ano ou mais)	% Pop. 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	% pop. 30-50 anos desempregada na pop. ativa dos 30-50 anos	% pop. 45-64 anos desempregada no total da pop. ativa desta faixa etária	Taxa de desemprego feminina (Censo 2011)	% Mulheres 25-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 25-64 anos	% Mulheres 15-64 anos desempregadas na população ativa feminina de 15-64 anos	Taxa de desemprego masculina (Censo 2011)	% Homens 25-64 anos desempregados na população ativa masculina de 25-64 anos	% Homens 15-64 anos desempregados na população ativa masculina de 15-64 anos	% pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	‰ de pessoas em famílias com 2 ou mais ativos em que todos os ativos estão desempregados	% núcleos familiares com filhos em que o pais e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos	% núcleos familiares com filhos com menos de 25 anos de idade em que os pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <25 anos de idade	% núcleos familiares com filhos com menos de 15 anos de idade em que o pai e/ou a mãe estão ambos desempregados ou inativos no total dos núcleos com filhos <15 anos de idade
Ano	2012	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2013	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
	taxa	%	%	%	%	%	taxa	taxa	%	%	%	%	taxa	%	%	taxa	%	%	%	permilagem	%	%	%
Amarante	0,61	46,8	3,6	39,4	17,1	34,7	14,0	7,5	51,3	23,5	12,5	13,2	19,3	18,1	19,4	9,9	8,9	10,0	1,1	12,0	25,0	14,3	10,8
Baião	0,96	53,2	4,6	50,5	20,5	40,2	19,4	9,2	54,9	28,2	16,9	18,5	29,5	27,8	29,6	12,7	11,8	12,7	1,6	19,2	28,4	18,2	13,4
Castelo de Paiva	0,77	47,1	3,6	41,4	19,7	35,5	17,1	8,8	59,0	24,0	15,5	18,8	23,7	22,5	23,8	12,4	11,9	12,5	1,5	16,5	25,5	13,2	9,6
Celorico de Basto	0,85	51,7	4,6	45,1	22,1	38,1	16,3	9,7	50,0	28,2	14,0	15,0	20,1	18,4	20,2	13,5	11,8	13,6	1,2	13,1	31,7	18,5	14,4
Cinfães	1,05	56,3	5,2	55,6	22,2	43,0	20,0	9,9	51,4	31,0	16,9	19,1	26,9	24,6	27,3	15,9	15,2	16,1	1,5	17,3	33,6	22,9	19,0
Felgueiras	0,49	38,1	2,3	26,8	15,1	27,3	10,3	6,6	48,9	13,3	7,8	13,7	10,9	10,3	11,0	9,8	9,6	9,9	0,7	8,5	19,3	9,4	6,0
Lousada	0,45	37,8	2,6	29,8	15,0	28,3	13,2	9,6	50,6	18,0	11,1	16,0	14,7	14,0	14,8	12,0	11,3	12,0	1,1	12,6	19,3	11,2	7,6
Marco de Canaveses	0,58	46,0	3,8	44,4	16,3	36,1	16,3	11,0	48,2	25,8	14,5	16,2	21,7	19,9	21,7	12,6	11,7	12,7	1,4	15,2	25,6	16,6	13,0
Paços de Ferreira	0,42	36,8	2,0	29,2	14,7	27,3	14,3	11,6	53,7	20,8	11,5	17,9	14,7	13,7	14,7	14,0	13,2	14,1	1,5	17,6	20,6	11,2	8,1
Penafiel	0,51	42,5	2,9	36,4	16,5	32,4	12,4	7,8	49,4	20,8	10,3	11,9	14,6	13,1	14,7	10,6	9,8	10,7	0,9	10,5	22,4	12,3	9,0

120

Resende	1,11	59,5	6,5	57,1	23,9	46,4	13,1	4,8	57,1	25,8	11,7	10,7	19,5	17,1	19,7	9,4	8,6	9,5	0,9	10,3	31,9	20,8	17,3

Fonte	Baixos níveis de habilitações escolares								Desqualificação do trabalho		Incapacidade				
	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE-MEE	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	ISS	ISS
	ind. 18-24 anos que não concluiram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	ind. 10-15 anos que não concluiram o 3º ciclo e não frequentam a escola, por 100 ind. do mesmo grupo etário	% pop 15-19 anos que não concluiu o 3º ciclo do ensino básico	Taxa de Analfabetismo	população >15 anos sem nenhum nível de escolaridade	% população residente >15 anos só com o 1º ciclo do ensino básico	% TCO com 1º ciclo do ensino básico	% população residente >15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	% população activa com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico	% população activa com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico	% pop. >4 anos com deficiência (nº de deficiências)	% pop. incapacitada permanente p/o trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	‰ pop. cujo principal meio de vida são subsídios por doença ou acidente de trabalho (na pop. 15 ou mais anos)	Pensionistas por invalidez / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)	Beneficiários de subsídio mensal vitalício / 1.000 habitantes (média do triénio 2011-2013)
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	média do triénio 2011-2013	média do triénio 2011-2013
	taxa	taxa	%	taxa	%	%	%	%	%	%	%	%	permilagem	taxa	taxa
Amarante	9,0	1,3	2,9	7,3	7,9	38,2	27,6	56,5	29,2	44,0	4,6	1,70	3,26	29,1	1,3
Baião	14,4	1,9	5,0	10,2	10,7	42,8	32,1	65,1	34,1	51,4	5,3	2,09	3,50	38,8	2,1
Castelo de Paiva	10,7	0,7	2,7	5,7	6,0	32,9	15,2	59,8	20,2	48,3	4,8	1,57	3,35	39,7	2,5
Celorico de Basto	11,5	1,2	4,0	10,0	11,0	37,1	22,5	61,1	26,4	46,2	5,5	2,15	4,05	35,2	1,2
Cinfães	16,1	2,4	4,5	9,4	10,2	42,1	20,7	68,1	32,4	55,4	4,8	2,44	3,91	29,2	1,0
Felgueiras	13,2	1,6	4,2	5,1	5,6	37,5	28,2	57,1	30,4	49,9	3,6	1,63	4,64	29,3	0,8
Lousada	15,7	1,1	4,1	5,1	5,7	35,7	22,2	57,6	28,5	50,4	3,7	1,64	3,47	30,4	1,5
Marco de Canaveses	16,0	1,3	4,6	5,6	6,3	37,2	25,5	59,0	28,2	48,9	4,2	2,03	4,73	30,3	1,7
Paços de Ferreira	18,3	2,0	5,2	3,8	4,5	37,5	20,3	59,8	30,1	54,0	3,3	1,44	2,67	25,0	1,1
Penafiel	13,4	1,7	3,8	5,4	5,9	35,7	21,7	55,7	26,6	45,9	3,9	1,85	3,95	32,7	1,8
Resende	17,2	1,6	5,5	13,6	14,8	41,1	23,2	65,7	36,7	50,5	5,9	2,37	1,97	34,7	1,8

Fonte	Rendimento					Prestações sociais				Encargos com a habitação		Condições deficitárias da habitação				
	INE	INE-MEE	DGCI	INE - MSESS	INE - MSESS	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - MSESS	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011
	Índice de Poder de Compra - Indicador per Capita	TCO Ganho médio mensal (euros)	IRS per capita 2011	% beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários - 2011-2012-2013	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	% pop. cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos)	% pop. cujo principal meio de vida é a reforma ou pensão (na pop. 15 ou mais anos)	% pop. desempregada cujo principal meio de vida é o subsídio de desemprego ou outro subsídio temporário (na pop. 15 ou mais anos)	Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-11-12)	% familias com encargos de habitação (no total de famílias)	% familias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	% de famílias em alojamentos partilhados	% de famílias em alojamentos clássicos super-lotados	‰ de famílias em alojamentos não clássicos	‰ Pessoas residentes em alojamentos de apoio social	‰ de pessoas residentes em barracas e outros aloj. não clássicos
Ano	2011	2011		Média do triénio 2010-2012	Média do triénio 2010-2012	2011	2011	2011	Média do triénio 2010-2012	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
	taxa	nº	taxa	%	permilagem	%	%	%	permilagem	%	%	%	%	permilagem	permilagem	permilagem
Amarante	69,09	834	344,7	38,7	48,4	6,0	23,4	26,0	48,4	42,7	24,6	2,1	11,2	0,4	5,9	0,28
Baião	52,63	767	181,5	48,9	112,8	7,6	28,3	25,1	112,8	34,1	19,8	0,1	13,3	0,0	6,9	0,00
Castelo de Paiva	58,90	733	201,6	34,1	35,8	6,9	25,8	32,8	35,8	41,4	21,9	1,1	14,0	1,1	5,6	1,02
Celorico de Basto	49,83	733	182,6	45,4	73,7	5,9	28,6	22,1	73,7	26,3	14,4	0,1	9,6	0,3	10,8	0,15
Cinfães	49,87	711	178,9	49,7	101,0	9,2	29,2	26,9	101,0	30,0	17,4	0,5	14,8	0,3	4,8	0,24
Felgueiras	73,63	702	256,8	25,7	28,6	6,8	20,5	37,7	28,6	49,9	30,7	1,3	12,9	0,2	2,3	0,12
Lousada	64,55	689	218,0	30,1	52,3	7,7	18,4	40,1	52,3	48,6	34,0	1,6	13,3	0,7	2,4	0,53
Marco de Canaveses	70,52	758	222,8	41,3	93,7	8,9	20,7	32,8	93,7	49,3	30,3	0,9	15,0	0,5	4,3	0,34
Paços de Ferreira	71,62	706	231,1	30,2	70,0	8,7	17,3	38,8	70,0	50,8	35,0	2,2	15,6	1,1	16,7	1,08
Penafiel	69,56	823	296,0	34,6	52,7	6,8	20,5	34,7	52,7	45,9	28,8	0,8	15,3	0,7	3,3	0,60

Resende	54,67	753	223,8	59,6	113,8	6,3	30,7	20,1	113,8	23,9	14,2	0,4	12,4	0,5	14,2	0,26

	Isolamento		Vulnerabilidade associada ao género				Vulnerabilidade associada à composição familiar										
Fonte	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE - Censo 2011	INE
	% pessoas que residem sozinhas	% pessoas com mais de 65 anos que residem sozinhos face ao total de pessoas com mais de 65 anos	‰ mulheres com menos de 20 anos com filhos sem atividade económica /mulheres <20 anos	‰ de mulheres 15-19 anos casadas ou em união de facto no total das mulheres de 15-19 anos de idade	‰ mulheres solteiras com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	‰ mulheres solteiras desempregadas ou inativas com filhos sem atividade económica / total de mulheres > 15 anos	% famílias com 5 ou mais pessoas	% núcleos familiares com 3 ou mais crianças	% pessoas em famílias em que a maioria dos activos está desempregada	% famílias monoparentais no total de famílias com núcleo	% núcleos familiares monoparentais com crianças face ao total dos núcleos familiares	% famílias monoparentais com 2 ou mais filhos no total de famílias com núcleo	‰ núcleos familiares monoparentais com 2 ou mais crianças	% famílias polinucleares nas famílias com núcleos	% pessoas em famílias institucionais	% pessoas com mais de 65 anos que residem sem familiares face ao total de pessoas com mais de 65 anos	% nado vivos fo do casamen sem coabitaç dos pai (triénio 2010-11 12)
Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	Média d triénio 2010-20
	%	%	permilagem	permilagem	permilagem	permilagem	%	%	%	%	%	%	permilagem	%	%	%	%
Amarante	4,8	16,2	18,8	24,1	21,4	11,4	8,7	1,4	5,9	11,3	4,4	4,9	11,9	4,5	0,6	19,1	17,
Baião	5,4	18,5	15,9	25,4	16,6	12,3	9,4	1,2	7,6	8,5	2,7	3,4	6,4	4,9	0,7	22,5	14,
Castelo de Paiva	3,8	15,2	24,7	41,7	18,2	10,6	10,2	1,1	6,8	8,9	2,9	3,7	5,1	5,9	0,7	19,2	16,
Celorico de Basto	5,6	17,7	6,3	23,8	15,6	8,8	12,4	2,0	6,5	11,3	3,8	5,1	11,3	5,4	1,1	22,3	10,
Cinfães	5,9	18,8	24,6	50,9	26,5	18,7	9,4	1,2	9,3	9,5	3,4	3,7	8,1	6,2	0,5	21,5	14,
Felgueiras	3,5	14,4	12,5	24,1	19,4	6,5	10,3	1,2	3,9	10,1	4,3	4,5	11,0	5,3	0,4	17,2	12,
Lousada	3,1	13,8	14,6	21,0	17,5	8,2	10,9	1,6	5,2	9,0	4,1	4,1	10,1	5,0	0,2	16,4	10,
Marco de Canaveses	4,0	16,6	17,2	26,9	20,9	13,3	9,7	1,7	7,0	10,2	4,3	4,7	11,6	4,2	0,4	19,4	12,
Paços de Ferreira	2,9	12,2	19,8	30,2	23,2	9,7	10,5	1,9	6,4	9,3	4,3	4,3	12,4	4,7	1,7	14,0	13,
Penafiel	3,8	15,9	17,3	26,2	17,6	8,8	10,4	1,5	5,0	9,8	4,2	4,4	11,2	5,1	0,3	17,9	12,
Resende	6,8	20,6	15,5	34,1	28,4	21,8	9,7	1,6	5,0	9,9	3,2	3,8	6,8	4,9	1,4	25,2	22,

Fonte	Grupos de risco							Taxas de cobertura			
	Min. Saúde CVEDT	IDT	IDT	INE - Censo 2011	ISS - MSESS	ISS - MSESS	ISS - MSESS	ISS	ISS	ISS	ISS
	População infetada com HIV por 10.000 hab.	Droga - presumíveis infratores (2010-2011-2012) / 10.000 hab.	Droga - Utentes em tratamento (Rede pública) / 10.000 hab.	Pessoas sem abrigo por 10.000 hab.	Beneficiários de Processos Familiares Ativos Sem Abrigo por 10.000 hab.	Crianças institucionalizadas por 10.000 hab.	Crianças e Jovens em risco CPCJ por 10.000 hab.	Taxa de cobertura CRECHE + AMA	Taxa de cobertura CENTRO DE DIA	Taxa de cobertura LAR RESIDENCIAL	Taxa de cobertura SERV. APOIO DOMICILIÁRIO
Ano	2012	triénio 2010-2012	2012	2011	2013	2013	2012	2012	2012	2012	2012
	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa	taxa
Amarante	7,46	11,0	8,9	0,2	2,8	4,1	65,2	15,6	2,3	6,3	3,3
Baião	1,46	2,9	5,8	0,0	1,5	3,9	86,7	21,5	5,3	8,1	4,3
Castelo de Paiva	4,18	13,7	22,1	0,0	0,0	3,0	47,8	25,5	4,1	8,6	8,3
Celorico de Basto	3,98	4,0	7,0	0,0	1,0	9,0	76,1	19,7	0,0	8,5	6,8
Cinfães	4,41	6,9	16,6	0,0	7,8	4,4	82,2	5,2	2,4	7,2	6,0
Felgueiras	3,79	10,0	7,4	0,2	0,9	2,9	38,1	14,8	3,4	4,7	2,5
Lousada	5,06	2,7	19,6	0,4	2,5	4,2	84,0	16,4	0,7	4,3	4,0
Marco de Canaveses	5,80	6,2	15,7	0,2	0,7	5,2	71,8	5,9	6,2	4,8	2,9
Paços de Ferreira	6,57	17,6	31,4	0,0	1,8	3,9	60,2	13,8	7,5	3,8	3,8
Penafiel	6,23	5,8	19,2	0,0	1,4	4,0	68,2	15,8	7,7	4,9	4,1
Resende	1,76	7,0	5,3	0,0	0,9	6,2	73,9	21,8	1,9	13,2	8,3